



LABORATÓRIO FLUMINENSE DE
**POLÍTICAS
CULTURAIS**
EM SÃO GONÇALO-RJ

Organizadora
Bruna Conti





LABORATÓRIO FLUMINENSE DE
**POLÍTICAS
CULTURAIS**
EM SÃO GONÇALO-RJ

2024

EQUIPE ACADÊMICA

Profa. Dra. Bruna Ranção Conti - coordenadora acadêmica / UNIRIO
Profa. Dra. Angela Donini - pesquisadora docente / UNIRIO
Profa. Luana Aquino - pesquisadora docente / UNIRIO
Clara Urathesania Pimentel Frias Rabello - pesquisadora discente / UNIRIO

EQUIPE TÉCNICA

Rodrigo Pinho - coordenador técnico / PROMACOM
Bianka Vitorino Carrilho - equipe técnica / PROMACOM
Jéssica Caroline Barreto Sodré - equipe técnica / PROMACOM
Alana dos Santos Mariano - equipe técnica / PROMACOM

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Luma Rodrigues

IMAGEM DA CAPA

Fellipe Seixas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Laboratório fluminense de políticas culturais em
São Gonçalo- RJ / organização Bruna Ranção
Conti...[et al.]. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro :
Ed. dos Autores, 2024.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-01-00628-4

1. Bem-estar social 2. Educação e cultura
3. Política cultural 4. Políticas públicas
5. São Gonçalo (RJ) - Aspectos culturais
I. Conti, Bruna Ranção.

24-222144

CDD-361.61

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticas públicas : Controle social : Bem-estar
social 361.61

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
<i>Bruna Ranção Conti, Angela Donini e Luana Aquino</i>	
CAPÍTULO 1 - Cultura e políticas públicas	09
1.1 Breve discussão conceitual	09
<i>Bruna Ranção Conti</i>	
1.2 A cultura no contexto das políticas públicas no Brasil	12
<i>Bruna Ranção Conti e Angela Donini</i>	
CAPÍTULO 2 - Cultura e educação: uma revisão sistemática da literatura	18
<i>Bruna Ranção Conti</i>	
2.1 Percurso metodológico	19
2.2 Resultados	22
2.3 Análise qualitativa da amostra	28
2.4 Considerações finais	33
CAPÍTULO 3 - O município de São Gonçalo	45
<i>Bruna Ranção Conti e Luana Aquino</i>	
3.1 A cultura no contexto das políticas públicas na cidade de São Gonçalo: diagnóstico e avaliação	50
<i>Bruna Ranção Conti, Angela Donini e Clara Urathesania Pimentel Frias Rabello</i>	

CAPÍTULO 4 - O Laboratório Fluminense de Políticas Culturais em São Gonçalo	56
<i>Bruna Ranção Conti, Rodrigo Pinho, Angela Donini, Luana Aquino, Alana dos Santos Mariano, Bianka Vitorino Carrilho e Clara Urathesania Pimentel Frias Rabello</i>	
4.1 Entrevista na Secretaria de Turismo e Cultura de São Gonçalo	57
<i>Bruna Ranção Conti, Clara Urathesania Pimentel Frias Rabello e Rodrigo Pinho</i>	
4.2. Oficinas e atividades culturais na educação pública municipal	63
<i>Rodrigo Pinho, Bianka Vitorino Carrilho, Jéssica Caroline Barreto Sodré, Alana dos Santos Mariano, Angela Donini, Luana Aquino, Bruna Ranção Conti e Clara Urathesania Pimentel Frias Rabello</i>	
4.3 Questionários respondidos pelos artistas e produtores culturais de São Gonçalo	70
<i>Bruna Ranção Conti e Bianka Vitorino Carrilho</i>	
4.4 O Fórum de estudo e debate para organização e promoção de políticas públicas de cultura em São Gonçalo	73
<i>Rodrigo Pinho, Bianka Vitorino Carrilho, Jéssica Caroline Barreto Sodré, Alana dos Santos Mariano, Bruna Ranção Conti, Angela Donini, Luana Aquino e Clara Urathesania Pimentel Frias Rabello</i>	
4.4.1 Primeiro Encontro do Fórum - 04 de Maio de 2024	74
4.4.2 Segundo Encontro do Fórum - Oficinas de Capacitação dos artistas locais	80
4.4.3 Terceiro Encontro do Fórum	81

CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
APÊNDICE I - Roteiro de entrevista com a secretária de turismo e cultura de São Gonçalo	84
APÊNDICE II - Registros fotográficos dos encontros do Fórum de Estudo e Debate para Organização e Promoção de Políticas Públicas de Cultura em São Gonçalo	86

INTRODUÇÃO

Bruna Ranção Conti

Angela Donini

Luana Aquino

A recente implementação das políticas brasileiras de cultura representa um indicativo importante para o fortalecimento da democracia brasileira. Essa constatação se justifica pela transformação do cenário que, predominantemente, operou de maneira centralizada e pouco inclusiva as políticas públicas de cultura no território nacional, ao longo da trajetória democrática brasileira, mas também, pela mudança de paradigmas sociais que têm contribuído para reconhecer a cultura como direito social que ainda requer esforços para alcançar segmentos mais amplos da sociedade.

As mudanças observadas nas últimas décadas tornaram importante e necessária a criação de espaços coletivos dedicados à compilação e sistematização de informações e dados existentes sobre as políticas culturais; à divulgação e proposição de indicadores culturais dos municípios brasileiros; bem como à co-produção e compartilhamento de conhecimentos sobre cultura, a partir de estudos, pesquisas, banco de dados, metodologias, experiências, mapeamentos e diagnósticos que atravessam a gestão pública da área.

Nesse cenário, o objetivo geral do projeto desenvolvido em São Gonçalo é a construção de uma referência técnica para a produção de dados e análise das políticas públicas de cultura. Os objetivos específicos compreendem: a) Levantar, organizar e compartilhar estudos, pesquisas, dados, indicadores e experiências de interesse ao campo cultural; b) Identificar os coletivos de cultura, artistas e produtores culturais do município de São Gonçalo; c) Traçar um panorama recente das políticas de cultura no município de São Gonçalo, a partir do mapeamento das principais ações, projetos, programas e planos; d) Levantar coletivamente demandas prioritárias de novos indicadores, estudos técnicos e agenda de políticas públicas de cultura em São Gonçalo; e) Verificar como a cultura se insere no campo da educação básica em São Gonçalo e as demandas de formação e qualificação profissional para técnicos, professores e gestores da educação na área da cultura.

Para concentrar e dar visibilidade ao trabalho realizado, foi criado o Laboratório Fluminense de Políticas Culturais em São Gonçalo. O laboratório contempla ações de pesquisa (como a sistematização de dados, estudos, diagnósticos e mapeamentos); extensão (a partir da produção de subsídios para formação e capacitação de gestores, profissionais e líderes dos setores de cultura); ensino (organização e facilitação do acesso à produção técnica e acadêmica sobre o tema, além da construção de uma agenda norteadora para futuros estudos); e interação dialógica com a comunidade (a partir da estruturação de uma rede de pesquisadores, instituições, organizações, núcleos e grupos de pesquisa já existentes). Para a consecução dessa última ação, foi criado o Fórum de estudo e debate para organização e promoção de políticas públicas de cultura em São Gonçalo, para facilitar as trocas e o engajamento entre os diferentes agentes envolvidos no campo da cultura.

Como principais justificativas para a criação do Laboratório e do Fórum estão a necessidade de formação de uma rede de trocas de conhecimentos sobre políticas públicas de cultura em São Gonçalo; a escassez de dados e informações que subsidiem a proposição, implantação e avaliação de políticas de cultura na esfera local; a demanda por evidências que orientem as diferentes fases das políticas públicas, contribuindo para a eficácia dessas ações; a crescente profissionalização da gestão cultural nas cidades brasileiras, que demandam dados e informações para captação de recursos e consolidação de mecanismos participativos de acompanhamento das ações públicas; a necessidade de inserção da cultura como elemento essencial na educação básica, uma vez que a educação se constitui como um dos pilares mais estratégicos para o desenvolvimento cultural de um município.

Esses fatores acolhem propostas de projetos que ajudem a identificar, organizar, produzir e acompanhar conhecimentos qualificados sobre políticas públicas de cultura, contribuindo para consolidar o papel dessas políticas e favorecendo, em última instância, a democratização do acesso à cultura. Nessa ótica, os principais impactos do laboratório abrangem: Subsídios para capacitação e formação de diferentes atores engajados com as políticas de cultura; Subsídios para composição de instâncias participativas na gestão dessas políticas, como comitês, conselhos, fóruns e conferências; Identificação e priorização de demandas por indicadores e novos estudos; Fomento à formação de redes e comunidades de discussão, para acompanhar as proposições e resultados das políticas de cultura na cidade.

As ações previstas neste projeto estão pautadas em levantamentos exploratórios, realizados em plataformas de dados abertos, como órgãos de pesquisa e órgãos municipais, com o objetivo de compilar e sistematizar dados, informações, indicadores, produções acadêmicas e técnicas sobre as políticas públicas de cultura na cidade de São Gonçalo. Esse conteúdo abastecerá um repositório virtual, que embasará debates coletivos em torno de diagnósticos e proposições no campo cultural da cidade. Inicialmente, esse repositório será estruturado em um sítio eletrônico.

Os produtos vinculados ao Laboratório consistem em um repositório virtual, no formato de sítio eletrônico com domínio aberto, hospedando conteúdos e indicadores de interesse às arenas das políticas públicas de cultura na cidade de São Gonçalo; em uma cartografia de artistas e coletivos que atuam nos territórios; e nos encontros do Fórum de estudo e debate para organização e promoção de políticas públicas de cultura em São Gonçalo.

CAPÍTULO 1. CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS

1

1.1. Breve discussão conceitual

Bruna Ranção Conti

O acesso à cultura é um poderoso estímulo ao desenvolvimento, tanto individual quanto coletivo, especialmente nas comunidades de baixa renda. No entanto, a noção de cultura tal como foi desenvolvida pela antropologia nos séculos XIX e XX demonstra que a tradição principal, durante esse período, levou a uma separação entre a cultura e a história, que terminou, por consequência, levando a uma desconexão entre os temas da cultura e do desenvolvimento.

Portanto, a reelaboração da noção de cultura no mundo contemporâneo foi realizada a partir de sua inserção nas práticas sociais e nas relações de poder, criando o espaço analítico necessário à reconexão entre cultura e desenvolvimento. Tal reconexão pode ainda ser denominada de ‘capital cultural’, que diz respeito aos ativos sociais (materiais ou simbólicos) de uma pessoa, grupo ou classe que permitem sua mobilidade social.

Historicamente, a constituição da antropologia como disciplina científica aconteceu apenas no final do século XIX e início do século XX, com nomes como E. Tylor, James Frazer e Henry Morgan (Castro, 2005). Estes autores estabeleceram a antropologia evolucionista, uma solução teórica sofisticada para o dilema da unidade mental e cognitiva do homem e a simultânea diversidade cultural, étnica e linguística. Para eles, os povos “primitivos” podiam até ter alguma “cultura” (eles tinham uma forma “primitiva” de religião, formas “embrionárias” de organização política etc.), mas não alcançavam a “civilização”. O evolucionismo na antropologia esteve comprometido, de diversas formas, com o colonialismo e muitas vezes com o racismo, sendo que formas mais reacionárias dele negavam que os povos não-ocidentais possuíssem cultura.

A noção de cultura apareceu, então, como a reelaboração “científica” da experiência da conquista colonial, servindo ao duplo propósito de, num primeiro momento, separar os ‘civilizados’ dos ‘primitivos’ e, num segundo, separar os ‘com cultura’ dos ‘sem cultura’ no interior de uma sociedade.

Assim, a mais citada definição de cultura até hoje é aquela feita por

Tylor, antropólogo inglês, em 1871: “todo complexo que inclui os conhecimentos, a crença, a arte, as leis, a moral, os costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade”. Ou seja, a “Cultura” é um complexo autocontido, algo capaz de ser medido e avaliado em sua ‘integração’ e ‘coerência’.

No entanto, ao problematizar o conceito de cultura, a ideia da integração como elemento central das sociedades humanas não se confirma, pois se esquece das tensões, contradições e conflitos que permitem a dinâmica e, portanto, a mudança (Mintz, 2010). Em síntese, a cultura não pode ser vista como uma fotografia, mas como um filme da vida social, dotada de movimento, processo e história.

Uma noção simplista, meramente classificatória da cultura, que não a conecte com a história e faça a crítica dos seus usos práticos e das relações de poder na qual está inserida não serve à transformação do mundo que almejamos. O recurso à Pierre Bourdieu e sua noção de capital cultural foi o caminho escolhido para suprir essa deficiência, dentre tantos outros que seriam possíveis.

Para Bourdieu, a socialização primária, que prepara emocional e psicologicamente os sujeitos para assumirem determinadas posições na estrutura social mais ampla, também cria um conjunto de disposições para as ações típicas dessas posições (Bourdieu, 1983). A esse conjunto Bourdieu chamou de habitus, um conceito retirado da escolástica medieval. O habitus é um conjunto de disposições estruturadas e estruturantes adquiridas pelas experiências práticas desde a mais tenra infância, que funciona como um princípio gerador de estratégias possíveis para os indivíduos, grupos e classes. A chave para a operacionalização do conceito de cultura está, portanto, na diferença, e não na semelhança.

O conceito de capital cultural vai nessa mesma direção: todos têm cultura, mas alguns têm uma cultura que abre as portas do ‘sucesso’, enquanto outros estão condenados a reproduzir posições subalternas. É claro que o capital cultural não age isoladamente, estando em íntima relação com o capital econômico, o capital social e o capital simbólico, outros conceitos-chaves das obras de Bourdieu. Quanto mais capital econômico, maiores as probabilidades de se adquirir mais capital cultural. As relações entre o capital simbólico e o capital cultural são ainda mais próximas. O capital simbólico se refere à acumulação de prestígio e reconhecimento de um grupo ou indivíduo ao longo do tempo; não é tangível, mas influencia em muito as

possibilidades de ‘sucesso’ (Bourdieu, 1989).

O capital cultural aparece, inicialmente, como uma espécie distinta associada àquilo que chamamos de alta cultura ou cultura erudita. No entanto, a posse de capital cultural, como o próprio Bourdieu mostrou em outras pesquisas, vai muito além da cultura erudita exemplificada anteriormente, incluindo disposições corporais e estéticas, modos de se portar e de falar, os gostos refinados que se expressam em todas as atividades da vida social, os modos de comer e se sentar à mesa, de vestir e de decorar o interior de sua moradia etc. (Draelants; Ballatore, 2014).

Portanto, o recurso à obra de Bourdieu e especialmente sua noção de capital cultural tem a intenção de demonstrar que o essencial na noção de cultura é seu aspecto distintivo, e não aquilo que é comum. Partindo dessa concepção distintiva de cultura e da necessidade, por parte das classes desfavorecidas, de adquirir maior capital cultural, é que nos movemos na direção de pensar estratégias de dissolução das amarras que prendem a cultura num patamar de privilégios e exclusividades. Todos devem ter direito à cultura, mas a sua cultura é fruto do aprendizado derivado das vivências de cada indivíduo e da sua existência coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Bourdieu, P. Esboço de uma teoria da prática. In: Pierre Bourdieu – sociologia. Organizado por Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983. pp. 46-81.

Bourdieu, P. O poder simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989.

Castro, C. Evolucionismo Cultural - textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2005.

Draelants, H., Ballatore, M. Capital culturel et reproduction scolaire. Un bilan critique. *Revue Française de Pédagogie*, 186, pp. 115-142 Lyon, 2014.

1.2. A cultura no contexto das políticas públicas no Brasil

Bruna Ranção Conti

Angela Donini

Nas últimas décadas, o debate público em torno da cultura se expandiu para além do campo simbólico, alcançando as esferas políticas e econômicas, que suscitam novas questões e demandam mecanismos de participação e acompanhamento das ações culturais propostas e performadas pelos diversos atores sociais. Os desdobramentos desse novo cenário são amplos, passando por exigências de profissionalização dos produtores e gestores culturais, pela centralidade alcançada pela chamada economia criativa e pela maior complexidade institucional na organização das políticas culturais pelo Estado. Para Coelho (1997), a política de cultura pode ser entendida como um repertório de intervenções realizadas pelo Estado, por instituições da sociedade civil, por entidades privadas ou por comunidades com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover a conservação e desenvolvimento de suas representações simbólicas. Em outra perspectiva, também pode ser apreendida como um recurso cada vez mais acionado pelo Estado contemporâneo para garantir sua legitimidade.

No decurso histórico do Estado brasileiro, as políticas culturais podem ser consideradas relativamente recentes e retratam um complexo processo marcado por tentativas de rompimento com as velhas tradições republicanas oligárquicas, que se tornaram latentes desde a década de 1930. Calabre (2009) chama a atenção para a influência do dirigismo autoritário do Estado brasileiro sobre as políticas culturais. O período getulista, por exemplo, preocupou-se em construir uma identidade nacional a partir da institucionalização da cultura. Posteriormente, o regime militar investiu na nascente indústria cultural, priorizando projetos desenvolvimentistas e de integração nacional. Os planos culturais oficiais durante esse período buscaram recuperar instituições culturais icônicas, como a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e o Instituto Nacional do Livro.

Barbalho (1998) aponta que a tradição da política cultural brasileira legada pelos períodos autoritários dificultou a viabilidade de artistas e intelectuais fora do espaço institucional dominante. Os mecanismos de con-

trole transitavam entre a censura e a negação de recursos para produção cultural. Em contraponto, investimentos pontuais eram observados em períodos de maior desgaste da imagem política do governo. Pelo menos até os anos 1980, uma ‘cultura de balcão’ caracterizou o consentimento silencioso com práticas paternalistas no campo cultural. A partir desse momento, o período de redemocratização política do país trouxe promessas de novas configurações sociais nas políticas culturais, a partir da expectativa de maior participação da sociedade civil. Desde então, as políticas culturais oscilaram entre a criação e atuação do Ministério da Cultura (MinC) e da primeira lei de incentivo à cultura, em meados dos anos 1980; e o desmonte de instituições culturais e menor participação do Estado no campo cultural, a partir dos anos 1990. Com a reformulação da antiga ‘Lei Sarney’, resultando na Lei n. 8.313/1991, popularmente conhecida como Lei Rouanet; coube ao Estado – por mais de uma década – coordenar mecanismos previstos no modelo de isenção fiscal e à iniciativa privada definir quais projetos culturais seriam financiados.

Uma agenda política mais diversificada para a cultura no país passou a ser estruturada a partir de 2003, quando um novo modelo de gestão cultural foi introduzido e representou maior disponibilidade orçamentária, ampliação do quadro funcional do MinC e uma nova lógica de distribuição de recursos. Para Calabre (2009), os resultados das mudanças institucionais nas políticas públicas de cultura desse período contemplam o reconhecimento de expressões culturais mais diversas, ampliação do campo de atuação do MinC, a inclusão de novos agentes sociais e a proposta de novos canais de diálogo com a sociedade. O novo modelo de gestão cultural criou o Sistema Nacional de Cultura para estimular e integrar políticas culturais em todas as esferas, incluindo a gestão cultural nos municípios brasileiros; e o Plano Nacional de Cultura (Lei n. 12.343/2003), que discutiu políticas de longo prazo (até 2020) voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Nesse mesmo contexto, o Programa Cultura Viva, criado em 2004, representou os esforços para democratizar e descentralizar regionalmente os recursos da cultura, por meio de mudanças na regulamentação da Lei Rouanet e da criação de editais públicos para acesso aos benefícios. Até então restrita à lógica de renúncia fiscal, a política cultural brasileira demonstrou maior preocupação com segmentos da população historicamente excluídos das leis de incentivo, sobretudo, com a implantação dos chamados ‘pontos de cultura’.

Na trajetória das políticas culturais no Brasil, o dirigismo estatal que marcou as primeiras ações para o campo cultural no país legou certo amadorismo às práticas de gestão cultural, cenários institucionais instáveis e relações de subordinação ao poder instituído. No contexto das grandes e pequenas cidades brasileiras, os produtores culturais se vêem em uma posição ambígua: a busca por autonomia na produção cultural, por um lado; e a dependência do Estado e do mercado, por outro. Como o sistema de financiamento à cultura foi pautado, por muito tempo, apenas por leis baseadas em renúncia fiscal ou em editais públicos voltados para segmentos culturais previamente selecionados, nem todas as modalidades de cultura conseguiram ser contempladas pelas políticas oficiais (Rubim; Barbalho, 2007). Embora o mecenato cultural tenha fomentado a organização institucional da gestão cultural nos municípios, que replicaram a criação de mecanismos de fomento à cultura na esfera local, a dependência em torno desse mecanismo como forma exclusiva de fomento à cultura acentuou desigualdades sociais, culturais e territoriais, favorecendo projetos com maior visibilidade e realizados nas regiões do país com mercados consumidores mais dinâmicos (Gadelha; Barbalho, 2013).

Em 1 de janeiro de 2019, como parte das primeiras medidas do então presidente Jair Bolsonaro, o Ministério da Cultura foi extinto, trazendo forte repercussão negativa para a trajetória das políticas culturais que vinham sendo tecidas desde o processo de redemocratização.

Na sequência, a Pandemia de Covid-19 marcou mais um momento difícil para a classe artística brasileira e para a área cultural como um todo. Artistas, produtores e técnicos foram impactados diretamente com os efeitos socioeconômicos da pandemia, uma vez que os eventos presenciais se tornaram escassos. Em resposta à ampla mobilização política no campo cultural, o Congresso Nacional aprovou duas importantes leis: a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) e a Lei Paulo Gustavo. A PNAB (lei 14.017/2020) reservou 15 bilhões de reais para garantir auxílio financeiro a trabalhadores da cultura e espaços culturais, pagos em um intervalo de 5 anos (até 2027). E a Lei Paulo Gustavo (lei complementar n. 195/2022), nomeada em homenagem ao ator e humorista Paulo Gustavo, vítima da COVID-19, reservou 3,8 bilhões para o setor cultural em todo o território nacional. A distribuição desses recursos é de responsabilidade dos estados, municípios e do Distrito Federal, e para a seleção dos beneficiários são realizados editais e chamadas públicas, executados pelos entes federados.

É importante destacar ainda que a recriação do Ministério da Cultura,

em 2023, abriu caminho para a plena execução dessas leis e para a reinserção do desenvolvimento cultural como vetor de transformação social e superação de desigualdades. Nesse sentido, foram lançados ainda o Programa Rouanet Norte (com investimento de R\$ 24 milhões a projetos culturais dos estados da região norte); o Programa Rouanet nas Favelas (recursos de R\$ 5 milhões destinados a territórios de favelas das cidades de Salvador, Belém, São Luís, Fortaleza e Goiânia); e diversos editais com foco em diversidade, inclusão e promoção de direitos, como o Edital Sérgio Mamberti, o Edital de Fomento aos Pontões de Cultura, o Edital de Construção Nacional do Hip-Hop, o Edital Ruth de Souza e o Edital de Intercâmbio Cultural - Formação e Circulação Audiovisual no Exterior. Na interseção literatura, livro e leitura é possível mencionar a implantação e modernização de bibliotecas, com um chamamento público para a execução da Programação Cultural da Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles; o Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no exterior; o Programa Olhos d'água - Edital Escolas Livres de Formação em Arte e Cultura; além do lançamento de diversos prêmios. Por fim, destaca-se a retomada da Fundação Cultural Palmares, que tem como missão a promoção e preservação da cultura negra e afro-brasileira, e diversas ações de políticas públicas voltadas para Quilombolas.

Na trajetória de reconstrução do Ministério da Cultura, em março de 2024, depois de dez anos da realização da 3ª Conferência Nacional de Cultura¹, aconteceu em Brasília a etapa nacional da 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC). A partir da convocação conjunta entre o Conselho Nacional de Política Cultural e o Ministério da Cultura, a 4ª CNC teve como tema central “Democracia e Direito à Cultura”, pautada, portanto, no entendimento da cultura como parte constitutiva da democracia e como um direito universal.

A realização da 4ª CNC reinaugurou o espaço participativo e dialógico no campo das políticas públicas de cultura no Brasil. Assim, usuários, fazedores e gestores puderam contribuir dialogando em um ambiente político sobre diretrizes e prioridades diante do contexto e dos desafios do presente. As discussões das etapas da 4ª CNC foram realizadas a partir dos seguintes eixos:

Eixo 1 – Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura

Eixo 2 – Democratização do acesso à cultura e Participação Social

1 As conferências anteriores aconteceram em dezembro de 2005; março de 2010 e dezembro de 2013.

Eixo 3 – Identidade, Patrimônio e Memória

Eixo 4 – Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural

Eixo 5 – Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

Eixo 6 – Direito às Artes e Linguagens Digitais

No documento base que subsidiou a construção da 4ª CNC, o MinC apresentou um conjunto de conceitos-chave e perguntas geradoras para cada eixo, com o intuito de iniciar os processos de diálogo.

Importante destacar que o processo que antecedeu a 4ª CNC também contou com a realização de etapas municipais ou intermunicipais; etapas livres; etapas regionais ou territoriais; etapas estaduais e do distrito federal, encontro setoriais e conferências temáticas. No documento base o MinC apontou para a necessidade de avaliação dos resultados obtidos a partir da 3ª CNC, mas fazendo as releituras necessárias, considerando:

as memórias e dores do recente vivido: do aprofundamento das desigualdades sociais; crises sanitárias e humanitárias; ataques à democracia, ao livre pensar, às liberdades individuais e coletivas, aos direitos sociais fundamentais e até mesmo à vida, que deixaram cicatrizes por toda a sociedade brasileira, e de maneira específica para o setor cultural, que se mostrou resiliente e mobilizado na resistência e sobrevivência (Documento Base, 4ª CNC, 2023, p.9).

A 4ª CNC contou com a participação de mais de 1,3 mil delegados de todos os estados da Federação e do Distrito Federal, e cerca de 2,5 mil pessoas entre convidados e observadores. Ao longo dos dias foram acolhidas e debatidas 140 propostas. O Ministério da Cultura ficou com a tarefa de sistematizar o relatório final e conduzir, a partir das prioridades, o novo Plano Nacional de Cultura.

Vale ressaltar que em abril de 2024, foi sancionado o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura por meio da Lei nº 14.835. Tal lei consolida a estrutura para a construção de políticas públicas voltadas para a cultura no Brasil. O Sistema Nacional de Cultura foi instituído pelo Art. 2016-A da

Constituição Federal, e representa um importante mecanismo para a gestão e promoção de políticas públicas de cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBALHO, A. Relações entre Estado e Cultura no Brasil. Ijuí: Unijuí, 1998.

CALABRE, L. Políticas Culturais no Brasil dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

COELHO, T. Dicionário crítico de política cultural. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 1997.

GADELHA, R; BARBALHO, A. Políticas públicas de cultura e o campo da produção cultural. Revista Pensamento & Realidade, v. 28, n.4, p. 70-84, 2013.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Documento Base. 4ª Conferência Nacional de Cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2023.

ROCHA, S; VARELLA, G. (ORG). Novo plano nacional de cultura e a 4ª CNC: contextos, desafios, proposições. Brasília: Ministério da Cultura, 2024.

RUBIM, A. A.; BARBALHO, A. Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

CAPÍTULO 2. CULTURA E EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

2

Bruna Ranção Conti

A revisão da literatura compreende o levantamento da produção científica, a partir da análise e compilação de conceitos que já foram objeto de tratamento analítico em estudos precedentes (Laville, Dionne, 1999). Assim, a revisão da literatura tem como objetivo compreender as bases científicas e teóricas que abarca a construção de um dado conhecimento (Panosso-Netto, Nechar, 2014).

Nesse sentido, a Revisão Sistemática da Literatura (RSL) é um tipo de revisão da literatura utilizada com o objetivo de identificar eventuais lacunas de investigação na pesquisa existente (Busalim, Hussim, 2016), consistindo em um método de identificação, avaliação e interpretação de um objeto específico (Sonego, Echeveste, 2016). Algumas das principais características deste tipo de revisão é a abrangência e os critérios adotados para a coleta de dados, oportunizando, assim, uma futura replicação da busca realizada (Galvão, Pereira, 2014).

A RSL é composta por cinco fases, esquematizadas na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Fases da Revisão Sistemática da Literatura (RSL)

1	Elaboração da pergunta norteadora	Onde se determina quais serão os estudos incluídos na pesquisa, os meios adotados para a identificação desses estudos e as informações que serão coletadas de cada um.
2	Busca ou amostragem na literatura	A busca na base de dados deve ser ampla e diversificada. Os critérios de amostragem precisam garantir a representatividade da amostra, sendo importantes indicadores da confiabilidade e da fidedignidade dos resultados. O ideal é incluir todos os estudos encontrados ou a sua seleção randomizada; ou ainda, é possível trabalhar com a definição de critérios claros de inclusão e exclusão de artigos.

Tabela 1: Fases da Revisão Sistemática da Literatura (RSL)

3	Coleta de dados	Os dados são extraídos dos artigos selecionados. Estes dados devem incluir o tamanho da amostra, metodologias utilizadas, conceitos basilares, mensuração de variáveis, dentre outros.
4	Análise crítica	Os estudos selecionados são analisados de forma crítica, levando-se em consideração a experiência do pesquisador.
5	Discussão dos resultados e apresentação final	Os resultados são apresentados a partir de sínteses, interpretações e eventual comparação entre os dados evidenciados na análise dos artigos.

Fonte: Elaboração própria a partir de Souza et al. (2010) e Ganong (1987).

A RSL oferece, portanto, um retrato da literatura existente somado à interpretação crítica do diagnóstico realizado, o que permite gerar avanços teóricos relacionados ao fenômeno em questão, principalmente por evidenciar lacunas e novas possibilidades de investigação sobre a temática.

2.1. Percorso metodológico

Em relação a temática desta obra, foi estabelecido o seguinte objetivo para a RSL apresentada nesta seção: identificar e analisar como a temática da cultura é abordada pela literatura científica, no contexto da educação básica.

Assim, este capítulo propõe apresentar o estado da arte sobre cultura e educação básica em artigos científicos publicados no idioma português. A pesquisa teve como focos: a) a área da cultura relacionada ao conjunto de elementos ou traços culturais típicos uma região (área), os quais podem envolver as artes, literatura, música, patrimônio, dentre outras; b) a área da educação básica no Brasil, incluindo o ensino infantil, fundamental e médio. Portanto, estudos que não atendiam a estes parâmetros foram eliminados da presente análise.

Os procedimentos metodológicos seguiram as seguintes etapas:

- a) Seleção das bases de busca da produção científica;
- b) Definição das palavras-chave de busca;
- c) Seleção dos parâmetros de busca utilizados em cada base;
- d) Seleção das produções científicas identificadas nas bases de busca;
- e) Análise

quali-quantitativa dos resultados.

Para a busca da produção científica foi selecionada a base de dados “*Web of Science*”² em função da maior quantidade de artigos capturados sobre a temática de interesse, em relação às outras bases disponíveis. O acesso a base *Web of Science* se deu por meio do Portal Periódicos Capes³, via acesso Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), o qual permite que usuários utilizem login e senha institucionais para diversos serviços disponibilizados na base de dados. Ainda sobre a *Web of Science*, é uma plataforma online que reúne informações de bibliografias e citações, criada na década de 1960, com o nome de “*ISI – Web of Knowledge*”, por meio do *Institute of Scientific Information*. No entanto, atualmente ela é mantida pela *Clarivate Analytics*. É uma plataforma abrangente que promove uma pesquisa a partir de quase 1,9 bilhão de referências citadas em mais de 171 milhões de registros⁴.

Inicialmente foram também realizados pré-testes, adotando termos relacionados com o tema de pesquisa, a fim de se obter como resultado artigos que respondessem ao objetivo deste trabalho. Assim, foram definidas as duas buscas por “tópico” (o que inclui título, resumo e indexação), que compreenderam os seguintes termos/palavras-chave usando o operador booleano AND: busca 1) “cultura” e “educação” e “básica”; busca 2) “cultura e “ensino” e “básico”.

A busca foi realizada em fevereiro de 2024, contemplando todos os anos de produção até aquele momento. O critério da busca também envolveu artigos científicos publicados no idioma português. Os arquivos foram exportados em formato Excel e analisados neste software. A busca inicial, a partir dos critérios anteriormente apresentados, resultou em um total de 125 publicações, sendo 101 trabalhos referentes ao termo “educação” e 24 referentes a “ensino”. Após leitura e avaliação dos títulos e resumos dos artigos científicos, foram verificados: i) trabalhos duplicados, e ii) se as publicações tinham por

2 Disponível em: <https://www-webofscience.ez39.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/basic-search>. Acesso em: 2 fev. 2024.

3 O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é um dos maiores acervos científicos virtuais do país, que reúne e disponibiliza conteúdos produzidos nacionalmente e outros assinados com editoras internacionais de instituições de ensino e pesquisa no Brasil. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html> Acesso em: 2 fev. 2024.

4 Disponível em: <https://clarivate.com/webofsciencgroup/campaigns/web-of-science-base-de-dados-de-citacao-global-independente-mais-confiavel-do-mundo/>. Acesso em 2 fev. 2024.

objetivo central tratar o tema da cultura em interface com a educação básica. Assim, foram eliminados 35 artigos, restando na amostra final 90 artigos científicos, conforme destacado na Tabela 2.

Tabela 2: Termos de busca e total de trabalhos capturados, eliminados e da amostra

Tema	Termo de busca	Capturados	Eliminados	Total de artigos da amostra
Cultura e Educação	Cultura (tópico) e Educação (tópico) e Básica (tópico)	101	28	73
Cultura e Ensino	Cultura (tópico) e Ensino (tópico) e Básico (tópico)	24	7	17
Total da amostra				90

Fonte: Elaboração própria

Para a análise quali-quantitativa da amostra final (n= 90) foram utilizados os *softwares Excel* (versão 16.81) e *Iramuteq* (versão 0.7 alpha 2).

O *software Excel* permitiu analisar quantitativamente os artigos da amostra e gerar figuras e tabelas que apresentam a linha do tempo das publicações, os periódicos mais relevantes, as autorias e co-autorias, as características metodológicas utilizadas e o local geográfico da aplicação.

O *software* livre *Iramuteq* permitiu gerar uma série de análises textuais de caráter qualitativo. Para as análises foi preciso realizar ajustes no corpus textual, os quais envolveram correção gramatical; padronização de termos e de nomes próprios; substituição de hífen; eliminação de palavras com aspas, parênteses e porcentagem; correção de palavras abreviadas, pontuação e números. Outro ajuste realizado foi a junção de termos com significados comuns como: “ensino_básico”, “rede_pública”, “educação_brasileira”, “formação_docente”, etc. Também foram realizados ajustes no *Iramuteq* para considerar palavras que são adjetivo, substantivo, nomes não reconhecidos e verbos, como termos ativos (principais) no corpus textual; as demais formas gramaticais foram consideradas suplementares (secundárias), tais como artigo, advér-

bio, pronome, etc.

Em termos de análises, foram realizadas duas análises textuais: nuvem de palavras e análise de similitude. A nuvem de palavras considera a frequência e a posição das palavras; devido à grande quantidade de termos no corpus textual foi considerada nesta análise apenas as palavras mais expressivas no corpus, neste caso, aquelas que se repetiam igual ou mais que vinte (20) vezes. Este critério é frequentemente utilizado em estudos ou manuais deste *software* (Nascimento Filho, Flores, Limberger, 2019; Salviati, 2017).

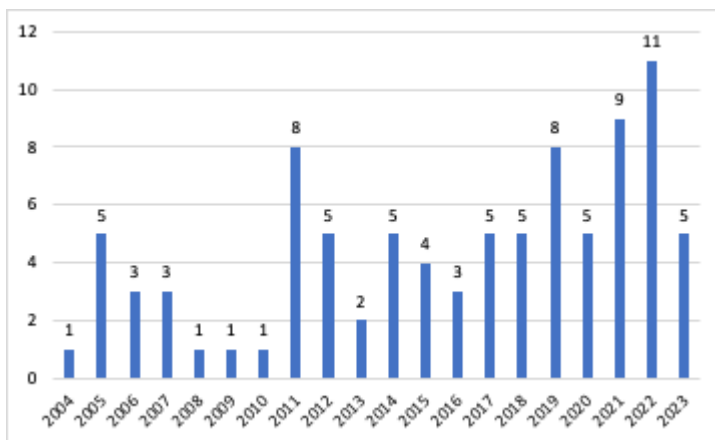
A análise de similitude verifica a conexão entre as palavras e aquelas que parecem ser palavras-chave para o estudo em questão. Neste caso, foram retirados do corpus termos como “artigo”, “pesquisa”, “objetivo” e “estudo”, pois são termos que dizem mais respeito ao perfil do material, não ao conteúdo dos estudos. Assim, foi gerada uma análise de similitude com os termos que se repetiam igual ou mais que trinta e duas (32) vezes.

A seguir são apresentados os resultados obtidos em ambas as análises, quantitativa e qualitativa, da amostra de artigos científicos (n=90).

2.2. Resultados

As publicações sobre o tema cultura e educação/ensino compreendem o período de 2004 a 2023, sendo o pico de publicações entre os anos de 2019 e 2022 (n=33), conforme pode ser visualizado na Figura 1. Importa destacar que nesta RSL foram analisadas somente publicações do tipo artigo científico, ou seja, pode haver uma quantidade maior de publicações sobre este tema no formato de dissertações, teses ou até mesmo em anais de eventos, que não foram considerados neste trabalho.

Figura 1: Evolução das publicações sobre cultura e educação/ensino



Fonte: Elaboração própria (2024)

Em relação aos periódicos, identifica-se um total de 37 diferentes periódicos, sendo que os com mais publicações são ligados à área da educação, dentre eles: Educar em Revista (UFPR), Educação e Pesquisa (USP), Educação em Revista (UFMG), Revista Brasileira de Educação (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED), etc. A Tabela 3 mostra os 37 periódicos com os respectivos ISSN, quantitativo de publicações e a classificação Qualis Periódicos⁵ (2017-2020).

Tabela 3: Periódicos publicados

Nome dos Periódicos	ISSN	Nacionalidade	Qualis Periódicos	Quantidade
Educar em Revista	1984-0411	Brasil (UFPR/PR)	A1	12
Educação e Pesquisa	1678-4634	Brasil (USP/SP)	A1	12
Educação em Revista	1982-6621	Brasil (UFMG/MG)	A1	7
Revista Brasileira de Educação	1809-449X	Brasil (ANPEd/RJ)	A1	6
Educação & Realidade	2175-6236	Brasil (UFRGS/RS)	A1	5

5 Plataforma Sucupira, Qualis Periódicos. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: 2 fev. 2024.

Tabela 3: Periódicos publicados

Educação & Sociedade	1678-4626	Brasil (CEDES ⁶ /SP)	A1	5
Cadernos de Pesquisa	1980-5314	Brasil (Fundação Carlos Chagas/SP)	A1	4
Revista Brasileira de Educação Especial	1980-5470	Brasil (ABPEE ⁷ /SP)	A1	3
Revista Brasileira de Ensino de Física	1806-9126	Brasil (Sociedade Brasileira de Física/SP)	A1	2
Análise Psicológica	1646-6020	Portugal (ISPA)	A4	2
Revista Portuguesa de Educação	0871-9187	Portugal (Universidade do Minho)	A1	2
Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	1809-4465	Brasil (Fundação CESGRANRIO/RJ)	A1	2
Cadernos CEDES	0101-3262	Brasil (CEDES/SP)	A1	2
Revista do Instituto de Estudos Brasileiros	2316-901X	Brasil (Instituto de Estudos Brasileiros/SP)	A2	2
História da Educação	2236-3459	Brasil (UFRGS/RS)	A1	2
Pro-Posições	1980-6248	Brasil (UNICAMP/SP)	A1	1
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	2176-6681	Brasil (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/DF)	A1	1
Paidéia (Ribeirão Preto)	1982-4327	Brasil (USP/SP)	A1	1
Bolema: Boletim de Educação Matemática	1980-4415	Brasil (UNESP/SP)	A1	1
Revista Electrónica Educare	1409-4258	Costa Rica (CIDE ⁸ /Universidad Nacional)	A2	1
Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	1981-4690	Brasil (USP/SP)	B2	1

6 CEDES: Centro de Estudos Educação e Sociedade

7 ABPEE: Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial

8 CIDE: The Educare Electronic Journal is attached to the Center for Research and Teaching in Education

Tabela 3: Periódicos publicados

Tempo	1980-542X	Brasil (UFF/RJ)	A1	1
Ciência & Educação (Bauru)	1980-850X	Brasil (UNESP/SP)	A1	1
Tecné, Episteme y Didaxis: TED	0121-3814	Colômbia (Universidad Pedagógica Nacional)	A1	1
Revista Brasileira de Linguística Aplicada	1984-6398	Brasil (UFMG/MG)	A1	1
Estudos Avançados	1806-9592	Brasil (USP/SP)	A1	1
Saúde e Sociedade	0104-1290	Brasil (USP/SP)	A3	1
Psicologia Escolar e Educacional	2175-3539	Brasil (ABRAPEE ⁹ /SP)	A2	1
Revista Lusófona de Educação	1645-7250	Portugal (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias)	A2	1
Revista Brasileira de História da Educação	2238-0094	Brasil (Sociedade Brasileira de História da Educação/PR)	A1	1
Revista de estudios y experiencias en educación	0718-5162	Chile (Universidad Católica de la Santísima Concepción)	A1	1
Estudos Históricos (Rio de Janeiro)	2178-1494	Brasil (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas/RJ)	A1	1
Linguagem em (Dis)curso	1982-4017	Brasil (UniSul/SC)	A1	1
Trabalhos em Linguística Aplicada	2175-764X	Brasil (UNICAMP/SP)	A1	1
Psicologia em Estudo	1807-0329	Brasil (UEM/PR)	A1	1

Tabela 3: Periódicos publicados

Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)	1983-2117	Brasil (UFMG/MG)	A1	1
New Trends in Qualitative Research	2184-7770	Portugal	B4	1
Total de publicações				90

Fonte: Elaboração própria (2024)

A maioria das revistas são brasileiras, mas é possível identificar periódicos de outras nacionalidades, dentre eles de Portugal: “Revista Portuguesa de Educação”, “Revista Lusófona de Educação” e “New Trends in Qualitative Research”; da Colômbia: “Tecné, Episteme y Didaxis: TED”; do Chile: “Revista de estudios y experiencias en educación”; e da Costa Rica: “Revista Electrónica Educare”.

Em relação ao Qualis Periódicos (2017-2020), identificam-se os seguintes estratos: A1 (n=29), A2 (n=4), A3 (n=1), A4 (n=1), B2 (n=1), B4 (n=1). Os periódicos são majoritariamente classificados com estrato A, o que indica a relevância dos mesmos para o meio acadêmico/científico, além de a maioria dos periódicos estar vinculado a Universidade Pública brasileira, como é o caso da Universidade de São Paulo (USP), com cinco periódicos.

Com relação aos autores dos artigos, foram identificados 183 autores e co-autores. Os artigos variam de uma autoria até seis coautorias. Um total de cinco autores/co-autores participaram em dois artigos científicos, que são: Elba Siqueira de Sá Barretto; Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca; Winnie Nascimento dos Santos; Flavia Medeiros Sarti; Fernanda Maurício Simões.

A partir da leitura dos resumos dos artigos foi possível analisar algumas características dos estudos, dentre elas: a natureza teórica ou empírica, quali e/ou quantitativo, algumas técnicas e ferramentas metodológicas utilizadas e local geográfico da aplicação. Contudo, não foi possível identificar claramente por meio da leitura dos resumos, o nível de educação básica tratado pelos artigos da amostra.

Em relação às características dos estudos, a maioria dos artigos científicos da amostra têm natureza teórica, e uma minoria são estudos empíricos,

ainda que em alguns artigos não tenha sido possível identificar a sua natureza por meio da leitura dos resumos.

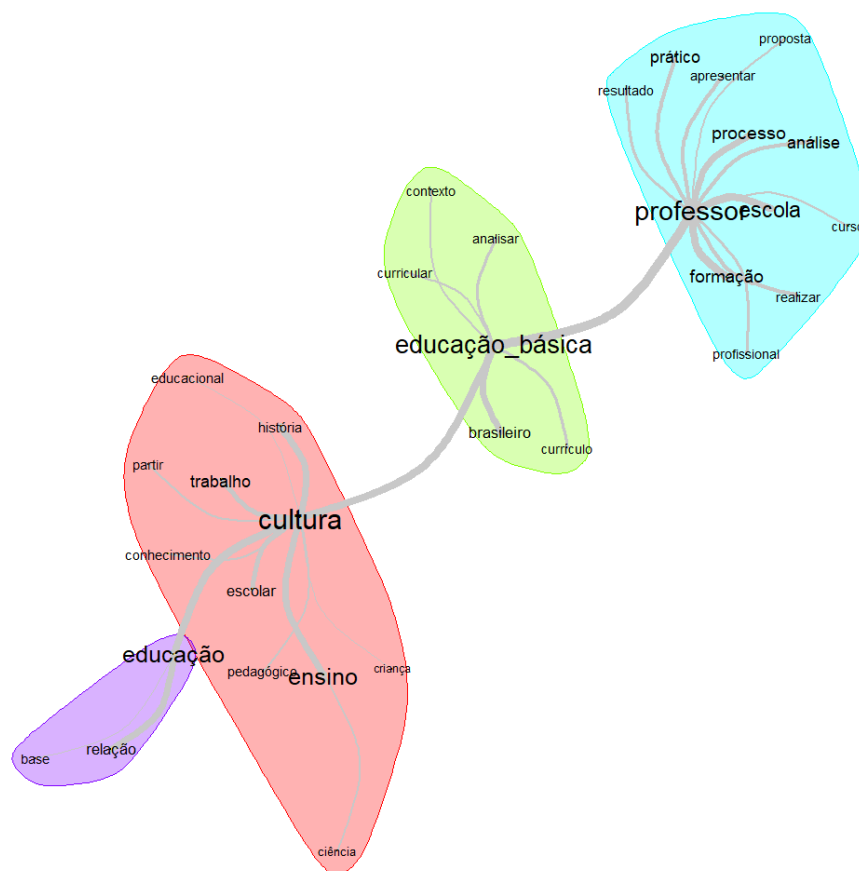
Sobre o local geográfico da análise dos artigos da amostra, a maioria envolve o contexto nacional. Foi possível identificar três artigos sobre Portugal, sendo dois no campo da promoção da cultura científica entre estudantes e professores (Mata et al., 2004; Oliveira et al., 2009) e um sobre a problemática da formação inicial e da identidade profissional de professores (Pereira, Carolino, Lopes, 2007). Ainda, um artigo que conecta Brasil e Portugal, o qual buscou identificar nos livros didáticos de Física, como os eixos analíticos da cultura escolar, da produção cultural e do mercado são escolhidos por professores brasileiros e portugueses que atuam na educação básica (Martins, Garcia, 2019).

Dentre os demais locais geográficos de análise dos artigos da amostra, pode-se identificar: cinco aplicados ao contexto escolar paulista (Cavalcante e Santos, 2021; Duran, Alves, Palma Filho, 2005; Setton, Neves, 2022; Cianflo- ne, Andrade, 2007; Oliveira, 2022); três no contexto fluminense (Fernandes, 2005; Russo, Paladino, 2016; Rosistolato, Viana, 2014); dois no Paraná (Re- zende, Horn, Fernandes, 2022; Strang, Locastre, 2018); dois em Goiás (Lopes et al., 2017; Silva, 2011); além de outros com aplicação na Paraíba, na Amazô- nia, na Bahia, em Mato Grosso do Sul, no Maranhão, no Espírito Santo, etc.

Os estudos de natureza qualitativa se sobressaem na amostra analisa- da, e dentre as técnicas e ferramentas metodológicas utilizadas estão uma gran- de variedade delas, sendo usadas de forma isolada ou conjugando mais de uma técnica, dentre elas: análise documental de legislação ou de manuais e livros didáticos (ex: Castro, Ramos, 2018; Fernandes, 2005); aplicação de entrevistas (ex: Fontenele, Cavalcante, 2020) e/ou questionários (Ribeiro, Souza, 2021); a técnica de observação (ex: Russo, Paladino, 2016); história oral (Cordeiro, Araujo, 2023); análise de conteúdo (Martins, Garcia, 2019); análise etnográ- fica (Rosistolato, Viana, 2014); grupo focal (Silva, Ferreira, 2019). Também foi possível identificar que cinco estudos são de revisões de literatura, sendo um deles (Testa et al., 2023) focado na revisão sistemática da literatura (RSL), com o objetivo de investigar a disciplina curricular “cultura digital”, inserida nas escolas estaduais, no contexto do novo ensino médio.

são, justamente, os identificados como principais na nuvem de palavras, que são: cultura, professor, educação básica e educação.

Figura 3: Análise de similitude (=>32)



Fonte: Elaboração própria (2024), a partir do software Iramuteq.

O halo que representa o termo “cultura” se refere ao trabalho educacional proporcionado pelos educadores às crianças, o qual gera conhecimento pedagógico, sobretudo ligado ao ensino da história e da ciência. Como exemplo apresenta-se o artigo de Mata et al. (2004) que ressalta a preocupação com a promoção da cultura científica no âmbito escolar, e com projetos que visam a introdução do estudo experimental da ciência

e da tecnologia. Os autores reforçam apontando que: *“No mundo em que vivemos a cultura científica tem que estar presente na escola se se pretende formar cidadãos intervenientes, esclarecidos, responsáveis e com competências profissionais adaptadas à realidade.”* (Mata et al., 2004, p. 174).

Nesse sentido, Oliveira et al. (2009) buscam compreender a aprendizagem da linguagem científica na formação de professores de ciências, apontando a importância do ensino da linguagem científica, que é a base da literacia e da cultura científica. Portanto, diversos artigos da amostra analisada, focam na discussão sobre “cultura científica”, que refere-se ao conjunto de conhecimentos, atitudes, valores e práticas relacionados à ciência que são compartilhados e disseminados em uma sociedade. Ela abrange não apenas o conhecimento factual sobre descobertas científicas e teorias, mas também a compreensão dos métodos científicos, a valorização da investigação e da evidência empírica, bem como a apreciação dos benefícios e limitações da ciência. A promoção da cultura científica pode ocorrer por meio da educação formal, através da inclusão de conteúdos científicos nos currículos escolares, bem como através de iniciativas de divulgação científica, como exposições, programas de televisão, mídias sociais, entre outros meios de comunicação.

No contexto do ensino de história, destacam-se os vários artigos (ex: Almeida e Sanchez, 2017; Carvalho, 2018; Alves, Teixeira, Santos, 2022) que focam a Lei nº 10.639 de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de “história e cultura afro-brasileira” nas disciplinas das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio. Nesse sentido, os autores buscam compreender a dificuldade de implementação do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos da educação básica no Brasil, por meio da análise das políticas públicas federais e das produções acadêmicas. Em resumo, a Lei nº 10.639/2003 desempenha um papel crucial ao romper com o silenciamento sobre a realidade africana e afro-brasileira nos currículos e práticas escolares, bem como ao afirmar a história, a memória e a identidade de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros na educação básica. É uma ferramenta essencial para ensinar à juventude e às crianças uma versão da História que não foi contada da maneira correta, com a recuperação da visão do negro como protagonista dessa narrativa. No entanto, os autores reforçam a necessidade da oferta de formação continuada aos professores dedicados à infância, além da ampliação de mecanismos de acompanhamento e de avaliação da política educacional relacionada à temática racial na educação básica.

O halo representado pelo termo “professor” envolve a apresentação

que almejam resultados práticos na escola, as quais podem envolver ações sendo realizadas com educadores para o seu aprimoramento profissional, bem como com os alunos. Como exemplo, Leitão (2006) e Pereira, Carolino e Lopes (2007), propõem rediscutir o referencial de competências profissionais a serem desenvolvidas na formação inicial de professores do 1º ciclo do ensino básico, frente aos novos desafios da sociedade. Nessa linha, Silva, Anacleto e Santos (2021) analisam como os professores repensam e ressignificam suas práticas pedagógicas, tendo em vista o atual contexto sociocultural, que exige desses profissionais uma apropriação da diversidade de linguagens, culturas e hipermídias (tecnologias digitais) proposta pelos multiletramentos.

Pautados na Lei nº 11.645 de 2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena no ensino básico, Russo e Paladino (2016) identificam um caminho ainda longo para que a lei seja efetivamente colocada em prática nas escolas do estado do Rio de Janeiro. Os resultados destacam que a inclusão da temática indígena ocorre muito mais em função da iniciativa de professores, de forma individual, do que devido uma preocupação institucional. Os autores sugerem que, para o cumprimento da legislação, seja priorizada a formação inicial e continuada de professores, por meio de ações e práticas respaldadas pelos setores governamentais (em especial as secretarias municipais e estaduais de educação).

Nessa direção, Canflone e Andrade (2007), a partir da Lei nº 9.394 de 1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, investigam as práticas avaliativas que configuram a cultura e o ethos escolares e como esses valores fundamentam o trabalho pedagógico em escolas paulistas. Vale destacar que a cultura escolar se refere ao conjunto de valores, normas, tradições, práticas e símbolos que caracterizam uma instituição escolar específica ou um sistema educacional em geral. Essa cultura é moldada pela interação entre os membros da comunidade escolar, incluindo estudantes, professores, administradores, funcionários e pais. A cultura escolar influencia profundamente a atmosfera e o ambiente de aprendizagem dentro da escola, bem como as expectativas e comportamentos dos seus participantes. Ela pode incluir elementos como as abordagens pedagógicas adotadas, os rituais e cerimônias escolares, as relações entre os membros da comunidade escolar, as políticas e regras estabelecidas, as tradições escolares, entre outros aspectos. A compreensão da cultura escolar é importante para entender como uma escola opera, como são tomadas as decisões, como são estabelecidas as relações interpessoais e como é construído o ambiente de aprendizagem. Também é fundamental para promover a inclu-

são, a diversidade e a equidade dentro da escola, reconhecendo e valorizando as diferentes experiências e perspectivas dos seus membros.

O halo representado por “educação básica” envolve contextos de análises curriculares, em destaque para a realidade brasileira. A exemplo, Do Carmo (2017) desenvolve um modelo integrador das organizações curriculares com base em três eixos ou perspectivas: Ciência, Indivíduo e Sociedade, e a partir dele constrói uma matriz capaz de permitir a análise de propostas curriculares e planos de organização de unidades didática. Soares, Cardoso e Mueller (2022) discutem as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), relativas ao ensino básico de história. Outro exemplo vem de Custodio e Foster (2019) que analisam materiais didáticos de educação escolar quilombola aplicados à educação básica estadual no país, confrontando-os com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Ferraz e Correia (2012) analisam o desenvolvimento das teorias curriculares, relacionando-as às perspectivas teóricas na área da educação física. Vale destacar que há, atualmente, uma preocupação crescente com a formação de cidadãos e com a necessidade de uma participação social esclarecida, o que resulta em um processo de aprendizado vinculado à intervenção dos alunos nos ambientes em que vivem, incluindo o urbano, o tecnológico e o natural.

Por fim, o halo representado pelo termo “educação” evidencia os estudos que analisam a relação entre cultura e educação, notadamente as ferramentas possíveis de integração dessas áreas. Assim, objetivando ferramentas que valorizam a cultura afro-brasileira na educação, Gonçalves e Pereira (2015) descrevem e discutem a introdução da capoeira na educação básica proposta pelo Programa Mais Educação do Ministério da Educação. Moraes e Soares (2021) discutem a concepção de jogos recreativos a partir da ótica de três esquemas conceituais, que são: regras, interação lúdica e cultura. Silva, Almeida e Ferreira (2011) desenvolvem um estudo para conhecer o repertório cultural de professores de escolas públicas de educação básica de Uberaba e Uberlândia (MG). Outro exemplo é oferecido por Martins e Garcia (2019), que identificam como os eixos analíticos da cultura escolar, da produção cultural e do mercado estão articulados num processo de escolha e apropriação de livros didáticos pelos professores de física, brasileiros e portugueses, que atuam na educação básica. Como resultados, apontam para a necessidade de ampliar as investigações nessa temática, bem como a criação de uma política pública para a formação cultural e estética de professores.

2.4. Considerações finais

Por meio de pesquisa exploratória e de revisão sistemática da literatura, na base de dados Web of Science, buscou-se verificar a produção em formato de artigo científico publicado em idioma português sobre a temática da cultura no contexto da educação básica.

Foram analisados quali-quantitativamente 90 artigos científicos, por meio da utilização dos softwares Excel e Iramuteq. Os principais resultados apontam para uma concentração de estudos entre os anos de 2019 e 2022. Os artigos foram publicados em 37 diferentes periódicos de 5 países, com destaque para os periódicos nacionais, classificados com estrato A no Qualis Periódicos (2017-2020), da área da educação, e vinculados a Universidades Públicas Brasileiras.

Foram identificados 183 autores ou coautores, e uma ausência de continuidade das pesquisas por parte destes autores, uma vez que poucos (apenas 5 autores) publicaram mais de um estudo sobre a temática.

Dentre as características dos artigos analisados, sobressaem a natureza teórica e qualitativa, além de análises envolvendo o contexto nacional, sobretudo os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Goiás; ainda que seja possível identificar estudos aplicados em Portugal.

Os resultados proporcionados pela análise de similitude evidenciam as correlações existentes entre os termos em destaque nos resumos dos artigos científicos analisados, os quais compreendem: cultura, educação, educação básica e professores. Os estudos apresentam diferentes possibilidades em que a cultura é ou pode ser trabalhada em termos pedagógicos, para a melhoria da educação básica envolvendo as áreas da ciência, da história, da educação física, dentre outras. Os artigos apresentam tanto dificuldades enfrentadas pelos educadores quanto soluções encontradas para incorporar a diversidade de linguagens, culturas e hiper mídias, dentre outras questões, no ensino básico.

Também há análises pautadas em legislação nacional, como a Lei nº 11.645 de 2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena no ensino básico; a Lei nº 10.639 de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas disciplinas das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio; ou ainda, nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Por fim, evidencia-se a necessidade do poder público (por meio das secretarias municipais e estaduais de educação), dos gestores escolares e dos

professores em introduzir discussões e práticas educacionais sobre cultura, no seu sentido amplo, no ensino escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUSALIM, A.H.; HUSSIN, A.R.C. Understanding social commerce: A systematic literature review and directions for further research. *International Journal of Information Management*, v. 36, n. 6, p. 1075-1088, 2016.

GALVÃO, T.F.; PEREIRA, M.G. Revisões sistemáticas da literatura: Passos para sua elaboração. *Epidemiol. Serv. Saúde*, v. 23, n. 1, p. 183-184, 2014.

GANONG L. H. Integrative reviews of nursing research. *Res Nurs Health*, v. 10, n. 1, p. 1-11, 1987.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

NASCIMENTO FILHO, F. B. do; FLORES, L. C. da S.; LIMBERGER, P. F. Análise do posicionamento dos restaurantes de São Paulo estrelados pelo guia Michelin com base nas On-line Travel Reviews (OTRS). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 13, n. 2, p. 1-15, 2019.

PANOSSO-NETTO, A.; NECHAR, M.C. Epistemologia do Turismo: escolhas teóricas e proposta crítica. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 8, n. 1, p. 120-144, 2014.

SALVIATI, M. E. *Manual do Aplicativo Iramuteq*. Planaltina. Março de 2017. Disponível em: <<http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabe-th-salviati>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

SONEGO, M.; ECHEVESTE, M.S. Seleção de métodos para modularização no desenvolvimento de produtos: Revisão sistemática. *Production*, v. 26, n. 2, p. 476-487, 2016.

SOUZA, M.T.; SILVA, M.D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

SOUSA, Y. S. O.; GONDIM, S. M. G.; CARIAS, I. A.; BATISTA, J. S.; DE MACHADO, K. C. M. O uso do software Iramuteq na análise de dados de entrevistas. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 15, n. 2, p. 1–19, 2020. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e3283. Acesso em 10 fev. 2024.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA AMOSTRA (N=90)

ALCANFOR, L. R.; BASSO, J. G. Infância, Identidade Étnica e Conhecimentos de Matriz Africana na Escola. *Educação & Realidade*, v. 44, n. 2, p. e88363–e88363, 2019.

ALMEIDA NETO, A. S. de. Projetar sobre projetos: currículo e ensino de História. *Educar em Revista*, v. 36, p. e64392–e64392, 2020.

ALMEIDA, M. A. B. de; SANCHEZ, L. P. Implementação da Lei 10.639/2003 - competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. *Pro-Posições*, v. 28, n. 1, p. 55–80, 2017.

ALVES, L.; TEIXEIRA, D.; SANTOS, W. N. dos. Educação da infância e combate ao racismo: a implementação da Lei nº 10.639/2003 na percepção de professores e professoras. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 103, n. 264, p. 450–465, 2022.

BAGNARA, I. C.; BOSCATTO, J. D. A. A educação física no ensino médio integrado a partir dos marcos legais: da negação às possibilidades. *Educação em Revista*, v. 38, p. e26736–e26736, 2022.

BARRETTO, E. S. D. S. Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 62, p. 679–701, 2015.

BARRETTO, E. S. de S.; SOUSA, S. Z. Reflexões sobre as políticas de ciclos

no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 126, p. 659–688, 2005.

CARVALHO, A. B. G, P. de; ALVES, T. P. Narrativas dos professores nas redes: o percurso dos professores da Educação Básica. *EDUCAR EM REVISTA*, v. 36, 2020. . Acesso em: 19 fev. 2021.

CARVALHO, M. P. História da educação da população negra: o estado da arte sobre educação e relações étnico-raciais (2003-2014). *Educar em Revista*, v. 34, n. 69, p. 211–230, 2018.

CASTRO, A. M. D. A. Mudanças tecnológicas e suas implicações na política de formação do professor. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 13, n. 49, p. 469–486, 2005.

CASTRO, T. da C. M. de; RAMOS, R. M. do N. L. Estereótipos sociais na voz das crianças: uma análise de livros escolares do Ensino Básico português. *Educação e Pesquisa*, v. 44, p. e175628–e175628, 2018.

CAVALCANTE, M. A.; SANTOS, E. M. F. Eletrônica Criativa: Uma estratégia metodológica para o Ensino e Aprendizagem de conceitos de eletricidade e/ou eletrônica na modalidade Híbrida de Ensino: Introdução. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, v. 43, p. e20210188–e20210188, 2021.

CHAGAS, W. F. História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica da Paraíba. *Educação & Realidade*, v. 42, n. 1, p. 79–98, 2017.

CIANFLONE, A. R. L.; ANDRADE, É. N. F. de. Práticas avaliativas no ensino fundamental e cultura escolar. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, v. 17, n. 38, p. 389–402, 2007.

CORDAZZO, S. T. D.; VIEIRA, M. L.; ALMEIDA, A. M. T. de. O lugar dos brinquedos: Semelhanças e singularidades das escolhas de crianças brasileiras e portuguesas. *Análise Psicológica*, v. 29, n. 2, p. 275–288, 2011.

CORDEIRO, A. A. de S.; ARAUJO, S. M. da S. Entre a colonialidade e a decolonialidade: Memórias docentes na educação básica da Amazônia brasileira. *EDUCAR EM REVISTA*, v. 39, 2023. Acesso em: 3 nov. 2023.

CORDEIRO, S. de F. N. Jornada Ampliada e Cultura Digital: cotidiano e espaços-tempos do educar. *Educação & Realidade*, v. 42, n. 3, p. 1123–1142, 2017.

COSTA, B. J. F. da; TENÓRIO, T.; TENÓRIO, A. A Educação Matemática no Contexto da Etnomatemática Indígena Xavante: um jogo de probabilidade condicional. *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, v. 28, n. 50, p. 1095–1116, 2014.

CRUZ, E. da S.; SOUZA, D. T. R. de. Formação de professores de espanhol e a descapitalização simbólica da universidade. *Educação e Pesquisa*, v. 46, p. e220409–e220409, 2020.

CUSTODIO, E. S.; FOSTER, E. da L. S. Educação escolar quilombola no Brasil: uma análise sobre os materiais didáticos produzidos pelos sistemas estaduais de ensino. *EDUCAR EM REVISTA*, v. 35, n. 74, p. 193–211, abr. 2019.

DIALLO, C. S.; LIMA, C. A. de. História dos afro-brasileiros, africanos e a educação antirracista: o olhar das/os professoras/es das licenciaturas. *Educação e Pesquisa*, v. 48, p. e234744–e234744, 2022.

DO CARMO, J. M. Desenvolvimento de um modelo de análise das perspectivas da Ciência, do Indivíduo e da Sociedade no Ensino das Ciências. *Revista Electrónica Educare*, v. 21, n. 1, p. 310–325, 2017.

DURAN, M. C. G.; ALVES, M. L.; PALMA FILHO, J. C. Vinte anos da política do ciclo básico na rede estadual paulista. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 124, p. 83–112, 2005.

FARIA, J. G. Formação, profissionalização e valorização do professor surdo: reflexões a partir do Decreto 5.626/2005. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 17, n. 1, p. 87–100, 2011.

FERNANDES, C. de O. A escolaridade em ciclos: a escola sob uma nova lógica. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 124, p. 57–82, 2005.

FERNANDES, J. R. O. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. *Cadernos CEDES*, v. 25, n. 67, p. 378–388, 2005.

FERRAZ, O. L.; CORREIA, W. R. Teorias curriculares, perspectivas teóricas em Educação Física Escolar e implicações para a formação docente. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 26, n. 3, p. 531–540, 2012.

FLORES, E. C. Etnicidade e ensino de História: a matriz cultural africana. *Tempo*, v. 11, n. 21, p. 65–81, 2006.

FONSECA, M. da C. F. R.; SIMÕES, F. M. Apropriação de práticas de numeramento na EJA: valores e discursos em disputa. *Educação e Pesquisa*, v. 40, n. 2, p. 517–531, 2014.

FONTENELE, Z. V.; CAVALCANTE, M. da P. Práticas docentes no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. *Educação e Pesquisa*, v. 46, p. e204249–e204249, 2020.

FRAGA, L. A. de; BONOTTO, D. M. B. A participação de atores sociais visando o bem viver nas práticas discursivas apresentadas em atividades de Educação Ambiental. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 29, p. e23036–e23036, 2023.

GASQUE, K. C. G. D.; TESCAROLO, R. Desafios para implementar o letramento informacional na educação básica. *Educação em Revista*, v. 26, n. 1, p. 41–56, 2010.

GOMES, N. L.; SILVA, P. V. B. da; BRITO, J. E. de. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. *Educação & Sociedade*, v. 42, p. e258226–e258226, 2021.

GONÇALVES, M. A. R.; PEREIRA, V. O. Educação e patrimônio: notas sobre o diálogo entre a escola e a capoeira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 62, p. 74–90, 2015.

GOULART, C. Letramento e modos de ser letrado: discutindo a base teórico-metodológica de um estudo. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33,

p. 450–460, 2006.

KAHN, P. Lições de coisas e ensino das ciências na França no fim do século 19: contribuição a uma história da cultura. *História da Educação*, v. 18, n. 43, p. 183–201, 2014.

LEAL, S. P.; SILVA, W. G. da. Educação, currículo e diferenças: uma análise dos povos indígenas na educação escolar do Mato Grosso do Sul, Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 77, p. 51–69, 2020.

LEITÃO, Á. Para uma nova cultura profissional: uma abordagem da complexidade na formação inicial de professores do 1º CEB. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 19, n. 2, p. 51–84, 2006.

LIMA DOS SANTOS, M. A. Ensinar História na Base Nacional Comum de Formação de Professores: a atitude historiadora convertendo-se em competências. *EDUCAR EM REVISTA*, v. 37, 2021. . Acesso em: 8 jan. 2022.

LIMA, P. L. de O.; CARIE, N. S. de. Narrativas Maxakali: possibilidades para o ensino de cultura e história indígena. *Educação em Revista*, v. 29, n. 3, p. 41–62, 2013.

LOPES, R. A. dos S. et al. A historia da formação de professores de ciências naturais dos últimos anos de educação primaria em Goiás. *Tecné, Episteme y Didaxis: TED*, n. 41, p. 109–127, 2017.

MACEDO, E. Currículo e conhecimento: aproximações entre educação e ensino. *Cadernos de Pesquisa*, v. 42, n. 147, p. 716–737, 2012.

MACHADO, R. C. M.; SOARES, I. B. Por um ensino decolonial de literatura. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 21, n. 3, p. 981–1005, 2021.

MARIUSSI, M. I.; GISI, M. L.; EYNG, A. M. A Escola como Espaço para Efetivação dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 22, n. 3, p. 443–454, 2016.

MARTINS, A. A.; GARCIA, N. M. D. Artefato da cultura escolar e merca-

doria: a escolha do livro didático de Física em análise. *EDUCAR EM REVISTA*, v. 35, n. 74, p. 173–192, abr. 2019.

MARTINS, E. B. de A. A discussão de políticas educacionais no interior da escola: resistência e naturalização. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, p. e240046–e240046, 2019.

MATA, P. et al. Cientistas de palmo e meio: Uma brincadeira muito séria. *Análise Psicológica*, v. 22, n. 1, p. 169–174, 2004.

MAXIMIANO, F. A. Princípios para o currículo de um curso de Química. *Estudos Avançados*, v. 32, n. 94, p. 225–245, 2018.

MENINO-MENCIA, G. F. et al. Estudos Desenvolvidos Tendo como Base o Documento “Index Para a Inclusão”. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, n. 2, p. 319–336, 2019.

MONTEIRO, R. B. Educação permanente em saúde e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações étnico-raciais e para ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *SAUDE E SOCIEDADE*, v. 25, n. 3, p. 524–534, set. 2016.

MORAES, B. C. S. L.; DIAS, J. R. A.; OLIVEIRA, R. C. D. As narrativas de gênero na educação física escolar: scoping review da literatura científica brasileira nas ciências da saúde. *Educação em Revista*, v. 39, p. e39104–e39104, 2023.

MORAES, F. A. D.; SOARES, M. H. F. B. Uma proposta para a elaboração do jogo pedagógico a partir da concepção de esquemas conceituais. *Educação em Revista*, v. 37, p. e25000–e25000, 2021.

MOURA, D. H. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? *Educação e Pesquisa*, v. 39, n. 3, p. 705–720, 2013.

MULLER, T. M. P. Livro didático, Educação e Relações Étnico-raciais: o estado da arte. *Educar em Revista*, v. 34, n. 69, p. 77–95, 2018.

MUNHOZ, I. M. S.; MELO-SILVA, L. L. Preparação para o trabalho na legislação educacional brasileira e educação para carreira. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 16, n. 2, p. 291–298, 2012.

NEITZEL, A. de A.; CARVALHO, C. Estética e arte na formação do professor da educação básica. *Revista Lusófona de Educação*, n. 17, p. 103–121, 2011.

NERIS, C. S. C. et al. Licenciatura interdisciplinar em estudos africanos e afro-brasileiros: uma graduação pioneira no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 42, p. e254730–e254730, 2021.

NEVES, V. F. A.; GOUVÊA, M. C. S. de; CASTANHEIRA, M. L. A passagem da educação infantil para o ensino fundamental: tensões contemporâneas. *Educação e Pesquisa*, v. 37, n. 1, p. 121–140, 2011.

OLIVEIRA, F. R. de. Entre a Escola Nova e a Escola Básica: a modernização curricular para o ensino do português no ensino primário paulista (1949-1968). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 22, p. e232–e232, 2022.

OLIVEIRA, M. A. C. et al. Movimentos negros no brasil e os cenários de luta pela educação. *Educação & Sociedade*, v. 43, p. e262801–e262801, 2022.

OLIVEIRA, T. et al. Compreendendo a aprendizagem da linguagem científica na formação de professores de ciências. *Educar em Revista*, v. 0, n. 34, p. 19–33, 2009.

PARO, V. H. O currículo do ensino fundamental como tema de política pública: a cultura como conteúdo central. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 19, n. 72, p. 485–508, 2011.

PEREIRA, F.; CAROLINO, A. M.; LOPES, A. A formação inicial de professores do 1º CEB nas últimas três décadas do séc. XX: transformações curriculares, conceptualização educativa e profissionalização docente. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 20, n. 1, p. 191–219, 2007.

PEREIRA, J. S. Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-iden-

titária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei nº 10.639. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 21, n. 41, p. 21–43, 2008.

PIERRO, M. C. D.; HADDAD, S. Transformações nas políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. *Cadernos CEDES*, v. 35, n. 96, p. 197–217, 2015.

REZENDE, E. T. de; HORN, G. B.; FERNANDES, S. de F. Ensino de filosofia e bilinguismo: dilemas e desafios da recepção filosófica. *EDUCAR EM REVISTA*, v. 38, 2022.

RIBEIRO, L. A.; SOUZA, C. M. de. Considerações sobre pesquisa e gêneros discursivos para a educação básica. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 21, n. 3, p. 363–382, 2021.

RICHTER, A. C.; GONÇALVES, M. C.; VAZ, A. F. Considerações sobre a presença do esporte na educação física infantil: reflexões e experiências. *Educar em Revista*, v. 0, n. 41, p. 181–195, 2011.

ROSISTOLATO, R.; VIANA, G. Os gestores educacionais e a recepção dos sistemas externos de avaliação no cotidiano escolar. *Educação e Pesquisa*, v. 40, n. 1, p. 13–28, 2014.

RUSSO, K.; PALADINO, M. A lei n. 11.645 e a visão dos professores do Rio de Janeiro sobre a temática indígena na escola. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21, n. 67, p. 897–921, 2016.

SÁ, A. P. D. S. D. Das ruas para os currículos: precursores sociais e jurídicos das leis 10.639/03 e 11.645/08. *Educação em Revista*, v. 37, p. e20654–e20654, 2021.

SARTI, F. M. O curso de pedagogia e a universitarização do magistério no Brasil: das disputas pela formação docente à sua desprofissionalização. *Educação e Pesquisa*, v. 45, p. e190003–e190003, 2019.

SETTON, M. da G. J.; NEVES, P. R. da C. Tendências na escolarização das

elites paulistanas nos Séculos XX e XXI. *EDUCAR EM REVISTA*, v. 38, 2022.

SILVA, A. Q. da; ROCHA, F. R. L. da; MARTINS, W. C. L. O uso do black-face como prática pedagógica nos anos iniciais da educação básica. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 61, n. 1, p. 148–162, 2022.

SILVA, E. M. da; FERREIRA, E. B. Os movimentos das professoras da educação básica na constituição das políticas de gênero na escola. *Educação e Pesquisa*, v. 45, p. e200235–e200235, 2019.

SILVA, M. A. A fetichização do livro didático no Brasil. *Educação & Realidade*, v. 37, n. 3, p. 803–821, 2012.

SILVA, O. S. F.; ANECLETO, Ú. C.; SANTOS, S. P. N. dos. Educação, formação docente e multiletramentos: articulando projetos de pesquisa-formação. *Educação e Pesquisa*, v. 47, p. e221083–e221083, 2021.

SILVA, S. M. C. da; ALMEIDA, C. M. de C.; FERREIRA, S. Apropriação cultural e mediação pedagógica: contribuições de Vigotski na discussão do tema. *Psicologia em Estudo*, v. 16, n. 2, p. 219–228, 2011.

SILVA, S. P. da. Estética e ética em Kierkegaard: inferências para a cultura pedagógica do Sudeste Goiano. *Educação e Pesquisa*, v. 37, n. 2, p. 293–306, 2011.

SILVÉRIO, V. R.; TRINIDAD, C. T. Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo? *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 120, p. 891–914, 2012.

SIMÕES, F. M.; FONSECA, M. D. C. F. R. Apropriação de práticas de letramento escolares por estudantes da Educação de Jovens e Adultos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 63, p. 869–884, 2015.

SOARES, F. A. A.; CARDOSO, V. V.; MUELLER, A. A. Cultura informacional virtual e o ensino de história: entre a práxis e as identidades. *Educação & Sociedade*, v. 43, p. e232735–e232735, 2022.

SOUSA, L. PEREIRA de; ROCHA, S. C.; KOHLS-SANTOS, P. Educação para o uso das mídias sociais: o cancelamento digital em foco. *Revista de estudos y experiencias en educación*, v. 22, n. 48, p. 294–309, 2023.

SOUZA, C. A.; BASTOS, F. da P. de; ANGOTTI, J. A. P. Cultura Científico-Tecnológica na Educação Básica. *Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)*, v. 9, n. 1, p. 76–88, 2007.

STRANG, B. de L. S.; LOCASTRE, A. V. Artefatos do ofício: o acervo do colégio mãe de deus e seu potencial para as pesquisas em história da educação e do ensino de Londrina. *História da Educação*, v. 22, n. 54, p. 362–377, 2018.

TESTA, M. J. et al. Um olhar para a disciplina curricular Cultura Digital do Novo Ensino Médio: a relação das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação e o Ensino de Física. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, v. 45, p. e20230048–e20230048, 2023.

TIRIBA, L.; PROFICE, C. C. Crianças da Natureza: vivências, saberes e pertencimento. *Educação & Realidade*, v. 44, n. 2, p. e88370–e88370, 2019.

TOZONI-REIS, M. F. de C.; CAMPOS, L. M. L. Educação ambiental escolar, formação humana e formação de professores: articulações necessárias. *Educar em Revista*, v. 0, n. spe3, p. 145–162, 2014.

VASQUES, A. L. P.; SARTI, F. M. Entre a forma escolar e a forma universitária na formação docente: o caso do plano nacional de formação dos professores da educação básica. *Revista Brasileira de Educação*, v. 27, p. e270082–e270082, 2022.

VERAS, R. M. et al. A educação para as relações étnico-raciais e a formação docente na Universidade do Estado da Bahia. *New Trends in Qualitative Research*, v. 12, p. e631–e631, 2022.

CAPÍTULO 3. O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

*Bruna Ranção Conti
Luana Aquino*

3

São Gonçalo é um município localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo o segundo mais populoso do estado e o 16º do Brasil. Com uma área territorial de 248,160 km², a cidade abriga uma população de aproximadamente 896.744 pessoas, segundo estimativas de 2022 (IBGE Cidades). São Gonçalo possui uma densidade demográfica elevada, com cerca de 3.613,57 habitantes por km².

São Gonçalo tem suas raízes históricas no período colonial, quando as terras eram utilizadas para a agricultura e pecuária. A região onde está situado o município foi originariamente habitada pelos indígenas tamoios que foram surpreendidos pelos primeiros colonizadores, portugueses e franceses. O município foi fundado em 6 de abril de 1579 por Gonçalo Gonçalves. Seu desmembramento, iniciado no final do século XVI, foi efetuado pelos jesuítas, que instalaram uma fazenda na zona conhecida como Colubandê no começo do século XVII, às margens da atual rodovia RJ-104 (Prefeitura de São Gonçalo).

Em 1646, foi alçada à categoria de paróquia, já que, segundo registros da época, a localidade-sede ocupava uma área de 52 km², com cerca de seis mil habitantes, sendo transformada em freguesia. Visando à facilidade de comunicação, a sede da sesmaria foi posteriormente transferida para as margens do rio Imboaçú, onde foi construída uma capela, monumento atualmente restaurado. O conjunto de marcos históricos remanescentes do século XVII inclui a fazenda Nossa Senhora da Boa Esperança, em Ipiúba; a propriedade do capitão Miguel Frias de Vasconcelos, no Engenho Pequeno; a capela de São João, o porto do Gradim e a Fazenda da Luz, em Itaóca (Prefeitura de São Gonçalo).

No século XVIII, ao lado das fazendas, não eram poucos os engenhos de açúcar e aguardente, da mesma forma que prosperavam as lavouras de mandioca, feijão, milho e arroz. O comércio desenvolvia-se na mesma proporção das atividades agrícolas, e as dezenas de barcos de transporte de gêneros e passageiros davam maior movimento ao litoral, em constante intercâmbio com outros portos das diversas freguesias e com os do Rio de Janeiro (Prefeitura de São Gonçalo).

Em 22 de setembro de 1890, o Distrito de São Gonçalo é emancipado politicamente e desmembrado de Niterói, através do Decreto estadual nº 124. Em 1892, o Decreto nº 1, de 8 de maio, suprime o município de São Gonçalo, reincorporando-o a Niterói pelo breve período de sete meses, sendo restaurado pelo Decreto nº 34, de 7 de dezembro do mesmo ano. Em 1922, o Decreto 1797 concede-lhe novamente foros de cidade, revogada no em 1923, fazendo a cidade voltar à categoria de vila. Finalmente, em 1929, a Lei nº 2335, de 27 de dezembro, concede a categoria de cidade a todas as sedes do município (Fonte: Prefeitura de São Gonçalo).

Em 1943, ocorre nova divisão territorial no Estado do Rio de Janeiro e, desta vez, São Gonçalo perde o Distrito de Itaipú para o município de Niterói, restando-lhe apenas cinco distritos: São Gonçalo (sede), Ipiúba, Monjolo, Neves e Sete Pontes (Prefeitura de São Gonçalo).

Neste mesmo período, décadas de 1940 e 1950, inicia-se a instalação de grandes fábricas e indústrias em São Gonçalo. Seu parque industrial era o mais importante do Estado, o que lhe valeu o apelido de Manchester Fluminense (uma referência à cidade de Manchester, na Inglaterra, caracterizada pelo seu grande desenvolvimento industrial) (Prefeitura de São Gonçalo).

A cidade cresceu significativamente ao longo dos séculos, especialmente com a expansão industrial e o desenvolvimento urbano. Atualmente, a economia de São Gonçalo é diversificada, com destaque para o comércio, serviços e pequenas indústrias. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município é de R\$ 18.504,81 (2021) (IBGE Cidades).

O IDH de São Gonçalo é de 0,739 (2010), colocando o município em uma posição intermediária em termos de desenvolvimento humano no Brasil. Este índice reflete uma combinação de indicadores de saúde, educação e renda (IBGE Cidades).

A cidade é rica em manifestações culturais, com eventos que celebram a diversidade e a história local. Festas tradicionais, como a Festa de São Gonçalo do Amarante, padroeiro do município, são celebradas anualmente. Além disso, São Gonçalo oferece opções de lazer como parques, praças, centros culturais e um crescente setor gastronômico.

De acordo com o Plano Municipal de Cultura (2017), o município possui os seguintes equipamentos culturais:

- Biblioteca Pública – 01 (um), situada no Centro Cultural Joaquim Lavoura, tendo como órgão gestor atual a Secretaria Municipal de Educação.

- Teatro – 03 (três), sendo (01) um vinculado ao Serviço Social do Comércio - SESC e (02) dois municipais: o Teatro Municipal Carequinha, situado dentro da Escola Municipal Ernani Faria e o Teatro Municipal Gonçalense Centro de São Gonçalo. A cidade conta ainda com 05(Cinco) teatros privados.
- Centro Cultural – 02 (dois), o Centro Cultural Joaquim Lavoura, que abriga funções administrativas das Secretarias Municipais de Cultura e Turismo e de Educação, e o Centro Cultural Casa do Funk.
- Cinema – 02 (dois) complexos de cinema contendo 14 (quatorze) salas ao todo.
- Livraria – 03 (três).
- Pontos de Cultura conforme o Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura – 07 (sete).

Outros equipamentos culturais formais ou informais reconhecidos pela SMCT e o CMC e/ou por outros segmentos da sociedade:

- Casa das Artes - Vila Real – na Praça do Zé Garoto
- Escola de Música Pixinguinha – no bairro do Paiva
- Lona Lídia Maria de Mattos – em Jardim Catarina
- Loninha Cultural – situada no complexo do Centro Cultural Joaquim Lavouran
- Lona Cultural – Espaço Carequinha – Praça Estefânia de Carvalho
- Espaço Municipal de Dança – Porto do Rosa
- Centro de Tradições Nordestinas
- 05(Cinco) Pontos de Leitura

- 20 (Vinte) praças públicas com estrutura e/ou potencial para a realização de eventos.

Com relação aos dados da educação pública municipal, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de São Gonçalo para os anos iniciais do ensino fundamental tem mostrado progressos, embora ainda esteja abaixo da meta nacional. Em 2019, o município alcançou um IDEB de 4,7, enquanto a meta era de 5,2. Nos anos finais do ensino fundamental, o IDEB foi de 3,8 em 2019, com uma meta de 4,6 (IBGE Cidades).

Muitas escolas públicas de São Gonçalo enfrentam desafios relacionados à infraestrutura, como a necessidade de reformas e a falta de equipamentos adequados. A formação e a capacitação contínua dos professores são aspectos críticos para a melhoria da qualidade do ensino. Sendo assim, programas de capacitação são fundamentais para enfrentar esse desafio. Apesar dos avanços, o desempenho escolar ainda está aquém das metas estabelecidas pelo IDEB, indicando a necessidade de melhorias no processo de ensino-aprendizagem.

Em 2023, a cidade contava com 188 escolas municipais e estaduais, sendo 111 escolas municipais e 77 estaduais (Escolas.com.br). Importante destacar ainda que as escolas municipais oferecem educação em tempo integral, mas a oferta de componentes curriculares diversificados e a contratação de professores especializados parece ser um gargalo para que este formato de escola resulte em tempo de qualidade para os alunos.

REFERÊNCIAS

GUIA DE ESCOLAS DO BRASIL. Disponível em: <https://escolas.com.br>. Acesso em: 26 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades@ - São Gonçalo. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama>. Acesso em: 26 jul. 2024.

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO GONÇALO. São Gonçalo: Prefeitura Municipal, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. Site Oficial da Prefeitura de São Gonçalo. Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br>. Acesso em: 26 jul. 2024.

3.1. A cultura no contexto das políticas públicas na cidade de São Gonçalo: diagnóstico e avaliação

Bruna Ranção Conti

Angela Donini

Clara Urathesania Pimentel Frias Rabello

O campo da cultura em São Gonçalo está representado, no organograma municipal, pela Secretaria de Turismo e Cultura. Em 2024, quando da realização deste projeto, esta secretaria estava a cargo de Julia Sobreira, que assumiu em 2023 com a responsabilidade de implementar as leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc no município, com previsão de aplicação de 13 milhões oriundos do Ministério da Cultura (MinC), para investimentos em projetos e premiações.

Atualmente está em vigência o Plano Municipal de Cultura (PMC) 2018-2028, elaborado pela Secretaria de Turismo e Cultura e pelo Conselho Municipal de Cultura, composto por dez representantes da sociedade civil e dez representantes do poder público. O PMC conta com as seguintes diretrizes: a “Cultura como Política de Estado”, e a “Cultura como direito e incentivo a uma cultura de direitos” - sendo o PMC um instrumento de defesa e promoção dos direitos culturais da população gonçalense, elemento de cidadania e de promoção de acesso aos bens e serviços culturais. As ações previstas no Plano estão divididas em curto prazo (0 a 3 anos), médio prazo (03 a 07 anos) e longo prazo (07 a 10 anos), e estão sistematizadas a seguir:

Quadro 1 - Ações previstas no Plano Municipal de Cultura (2018-2028)

Ações	Prazo
Criação do Programa Municipal de Formação e Capacitação Cultural	Curto
Estruturação do Teatro Municipal como referência de produção, difusão e formação para todas as áreas artísticas e culturais	Curto
Criação de Programa de Editais para as áreas artísticas e culturais	Médio
Criação de Editais para microprojetos culturais	Médio
Promoção e/ou apoio a realização de festivais, mostras e concursos nas diversas áreas artísticas e culturais	Médio

Quadro 1 - Ações previstas no Plano Municipal de Cultura (2018-2028)

Estruturação dos diversos equipamentos culturais públicos como referência de difusão para as diversas manifestações artísticas e culturais	Curto
Criação de Programa de Desenvolvimento de ações comuns de Cultura e Educação	Curto
Implantar o Sistema Municipal de Bibliotecas, contemplando todas as bibliotecas existentes no município em uma rede colaborativa	Médio
Criação de Programa de Agentes de Leitura	Médio
Promoção de Encontro Gonçalense das Culturas Populares	Médio
Criação de Programa de Fomento ao Carnaval, às Festas Populares e de Rua	Curto
Criação de Programa de Reconhecimento aos griôs e mestres dos saberes populares e tradicionais	Médio
Criação do Centro Pró-Memória de São Gonçalo	Médio
Criação de Programa de restauração e/ou tombamento de sítios, prédios e monumentos históricos, culturais e/ou de interesse coletivo	Longo
Criação de Programa para Ampliação da oferta de espaços públicos de cultura no município	Curto/ Médio /Longo
Criação de Programa de Acessibilidade Cultural	Médio
Envidar esforços para buscar o aumento gradativo da dotação orçamentária para a cultura, objetivando que no mínimo 1% do orçamento do município seja destinado para o setor cultural	Médio
Aumentar a qualificação técnica da gestão cultural em São Gonçalo	Longo
Fortalecimento e aumento da capacitação técnica do Conselho Municipal de Cultura	Curto
Criação de uma rede municipal de Pontos de Cultura e fomento de ações culturais de base comunitária - conforme a Lei 13.018/2014, que estabeleceu a Política Nacional de Cultura Viva	Médio
Criação de Programa de Apoio às culturas afro-brasileiras, indígenas e demais comunidades tradicionais no município de São Gonçalo	Médio
Criação de Programa Cultura & Direitos Humanos	Curto
Criação do Portal da Cultura Gonçalense	Curto
Criação de um serviço de apoio com equipe técnica para auxiliar os artistas, grupos e produtores culturais na elaboração e captação de recursos para projetos e ações	Médio

Quadro 1 - Ações previstas no Plano Municipal de Cultura (2018-2028)

Criação de Programa Municipal de Desenvolvimento do Artesanato	Médio
Incentivo à instalação de empresas, negócios culturais e segmentos da economia criativa (comunicações, moda, design e outros) no município	Longo
Criação de Programa Municipal de Turismo Cultural	Médio

Fonte: Elaboração própria a partir do Plano Municipal de Cultura de São Gonçalo

No período de 2019 a 2023, foi possível identificar ainda 21 leis aprovadas no município que versam sobre a Cultura, envolvendo principalmente a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Educação, apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 2 - Políticas Públicas de Cultura no Município de São Gonçalo nos últimos 5 anos

ANO	LEI	OBJETIVO
2019	Lei nº 941/2019	Cria o Projeto FET - Festival Estudantil de Teatro na Rede Pública de Ensino do município de São Gonçalo
2019	Lei nº 981/2019	Cria o Programa de Incentivo à Cultura - Matinê de cinema no município de São Gonçalo
2019	Lei nº 948/2019	Instituição do Programa Jornal Estudantil a ser realizado nas dependências das escolas da rede pública municipal de ensino
2019	Lei nº 982/2019	Institui os jogos escolares no município de São Gonçalo
2019	Lei nº 950/2019	Cria e institui o "Banco dos livros" no âmbito do município de São Gonçalo
2019	Lei nº 1036/2019	Dispõe sobre a semana de incentivo à arte nas escolas para o desenvolvimento da cidadania
2020	Lei nº 1147/2020	Institui o Projeto Capoeira na Escola
2020	Lei nº 1158/2020	Dispõe sobre a criação da Feira Anual de História do município de São Gonçalo
2020	Lei nº 1205/2020	Institui o Plano Municipal de Desenvolvimento da Leitura e Literatura
2020	Lei nº 1097/2020	Institui, no âmbito do município de São Gonçalo, o prêmio de incentivo ao jovem autor
2020	Lei nº 1133/2020	Dispõe sobre a criação do "Dia da troca de livros"
2020	Lei nº 1145/2020	Dispõe sobre o Sistema Municipal de Educação Ambiental
2020	Lei nº 1150/2020	Dispõe sobre a criação do programa "REICLARTE" na rede municipal de ensino

Quadro 2 - Políticas Públicas de Cultura no Município de São Gonçalo nos últimos 5 anos

2020	Lei nº 1211/2020	Fica criado o programa de bandas de música fanfarras e canto coral nas escolas da rede pública municipal
2022	Lei nº 1378/2022	Reconhece a arte do grafite e o muralismo como manifestações culturais de arte conceitual e urbana popular
2022	Lei nº 1391/2022	Considera patrimônio cultural e imaterial do município de São Gonçalo para fins de conservação histórica e cultural, o grêmio recreativo escola de samba Unidos do Porto da Pedra
2022	Lei nº 1401/2022	Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do povo gonçalense, o Centro de Tradições Nordestinas "Severo embaixador nordestino"
2022	Lei nº 1406/2022	Dispõe sobre a constituição de patrimônio cultural e imaterial da cidade de São Gonçalo o "Movimento Musical Assueres Barbosa"
2023	Lei nº 1431/2023	Considera patrimônio cultural e imaterial do município de São Gonçalo para fins de preservação histórica e cultural, a pesca artesanal, suas técnicas e tecnologias
2023	Lei nº 1485/2023	Declara e constitui como patrimônio cultural e imaterial da cidade de São Gonçalo, a "Ala de compositores do grêmio recreativo escola de samba Unidos do Porto da Pedra"
2023	Lei nº 1501/2023	Declara a cultura evangélica como patrimônio imaterial e cultural do município de São Gonçalo

Fonte: Elaboração própria

É importante destacar que muitas das leis relacionadas à Cultura estão diretamente vinculadas ao campo da Educação, muitas vezes prevendo como público alvo a rede pública de ensino do município, como por exemplo a implementação de atividades de teatro, leitura, artes, capoeira, jogos, música e coral nas escolas do município. Nesse sentido, essas políticas dependem de uma atuação conjunta das Secretaria de Cultura e Educação, o que parece já acontecer em São Gonçalo, como informado por funcionários da Secretaria de Cultura.

Para além dos projetos e programas voltados para o público jovem e/ou de estudantes, percebe-se também o interesse na preservação de diversos patrimônios imateriais de São Gonçalo, como a escola de samba Unidos do Porto da Pedra, o Centro de Tradições Nordestinas "Severo embaixador nordestino", o "Movimento musical Assueres Barbosa", a pesca artesanal, o grafite

e a cultura evangélica.

Além das leis municipais, foi possível identificar seis editais públicos vinculados à Lei Paulo Gustavo, publicados em 2023 pelo Fundo Municipal de Cultura de São Gonçalo, como demonstrado a seguir:

Quadro 3 - Editais da Lei Paulo Gustavo

EDITAL	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO	CATEGORIAS
Edital de chamamento público nº 01/2023 - Na Tela Gonçalense	Seleção de projetos culturais de AUDIOVISUAL para receberem apoio financeiro nas categorias descritas abaixo, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de São Gonçalo	Qualquer agente cultural residente no Município de São Gonçalo há pelo menos 01 (um) ano a contar da data de abertura do edital, mediante comprovação	Produção de curtas-metragens, Produção de vídeos, Produção de vídeo cast, Produção de vídeos por celular
Edital de chamamento público nº 02/2023 - Cine SG	Seleção de projetos culturais de AUDIOVISUAL para receberem apoio financeiro, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de contemplar ações de fazedores culturais com expertise para realização de exibição de filmes em locais (públicos e/ou privados) com acesso gratuito e com exibição de filmes, considerando cumprimento de regramento relacionado aos direitos de exibição. Cada proposta deverá prever no mínimo 10 ações de exibições em local público e com acesso gratuito	Qualquer agente cultural residente no Município de São Gonçalo há pelo menos 01 (um) ano a contar da data de abertura do edital, mediante comprovação	Exibição de filmes
Edital de chamamento público nº 03/2023 - SG Audiovisual	Seleção de projetos culturais de AUDIOVISUAL para receberem apoio financeiro, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais no município de São Gonçalo	Qualquer agente cultural residente no Município de São Gonçalo há pelo menos 01 (um) ano a contar da data de abertura do edital, mediante comprovação	Formação no audiovisual, Cineclubes
Edital de chamamento público nº 04/2023 - Arte e Cultura	Seleção de projetos culturais de qualquer segmento, exceto audiovisual, para receberem apoio financeiro, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais no município de São Gonçalo	Qualquer agente cultural residente no Município de São Gonçalo há pelo menos 01 (um) ano a contar da data de abertura do edital, mediante comprovação	Projeto de dança, Projeto de música, Projeto de teatro, Projeto de artes plásticas e visuais, Projeto de artesanato, Projeto de leitura, escrita e oralidade, Projeto de patrimônio cultural, Projeto de cultura popular e manifestações tradicionais, Projeto de circo, Projeto de povos e comunidades tradicionais e originários, Projeto de artes digitais/ciência e tecnologia, Projeto de arte-educação, Projeto de carnaval, Projeto de movimentos sociais, Projeto de cultura urbana, Projetos livres

Quadro 3 - Editais da Lei Paulo Gustavo

Edital de chamamento público nº 05/2023 - Prêmio Ativos Culturais	Seleção de agentes culturais de todos os segmentos culturais, exceto audiovisual, que tenham prestado relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural de São Gonçalo	Qualquer agente cultural residente no Município de São Gonçalo há pelo menos 01 (um) ano a contar da data de abertura do edital, mediante comprovação	Premiação de agentes culturais
Edital de chamamento público nº 06/2023 - Todas as Artes Gonçalenses	Seleção de projetos culturais de qualquer segmento, exceto audiovisual, para receberem apoio financeiro, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais no município de São Gonçalo	Qualquer agente cultural residente no Município de São Gonçalo há pelo menos 01 (um) ano a contar da data de abertura do edital, mediante comprovação	Projeto de festas e festivais, Projeto de espetáculos

Fonte: Elaboração própria

Vale destacar que três editais são voltados para o audiovisual, um contempla projetos de diversas áreas (dança, teatro, artesanato, circo, carnaval etc.), outro é voltado para o financiamentos de festivais e espetáculos, e um é destinado à premiação de agentes culturais.

Para o ano de 2024, consta na Lei Orçamentária Anual, o orçamento previsto de R\$ 3.642.450,00 para a área de cultura.

REFERÊNCIAS

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO GONÇALO. São Gonçalo: Prefeitura Municipal, 2017.

SÃO GONÇALO. Lei Orçamentária Anual de 2024. São Gonçalo, 2023. Disponível em: <https://www.cmsg.rj.gov.br/wp-content/uploads/2023/10/LOA-2024-2.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SÃO GONÇALO. Edital do Programa Paulo Gustavo. São Gonçalo, 2023. Disponível em: https://www.pmsg.rj.gov.br/wp-content/uploads/2023/10/00._Edital_06___TODAS_AS_ARTES_GONCALENSES.pdf. Acesso em: 26 jul. 2024.

CAPÍTULO 4. O LABORATÓRIO FLUMINENSE DE POLÍTICAS CULTURAIS EM SÃO GONÇALO

4

Bruna Ranção Conti

Rodrigo Pinho

Angela Donini

Luana Aquino

Alana dos Santos Mariano

Bianka Vitorino Carrilho

Clara Urathesania Pimentel Frias Rabello

A concepção de um laboratório dedicado às políticas públicas no campo da cultura tem como premissa o papel central da participação no processo de elaboração, implantação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Nesse sentido, pretende-se que o Laboratório constitua uma comunidade de reflexão e proposição de políticas culturais, a partir do diálogo entre gestores públicos, movimentos sociais organizados, coletivos culturais, fazedores de cultura, agentes do mercado e comunidade acadêmica.

Nesse sentido, o Laboratório de Políticas Culturais em São Gonçalo tem por objetivo proporcionar um espaço de trocas articuladas de conhecimentos, práticas, experiências e pesquisas sobre políticas públicas de cultura na cidade. Foi concebido como um projeto experimental no formato de repositório virtual e o escopo do laboratório foi conformado pelas possíveis ações de extensão:

- Compilação de dados secundários existentes, relacionados às políticas de cultura e educação em São Gonçalo;
- Organização de biblioteca digital, compartilhando produções acadêmicas, produções técnicas e plataformas de interesse disponíveis;
- Sistematização coletiva da memória institucional referente ao panorama das políticas públicas de cultura na cidade de São Gonçalo nos últimos cinco anos;
- Divulgação dos coletivos de cultura de São Gonçalo.

Os dados sistematizados estão disponíveis no website do projeto:
<https://politicasculturais.com.br>.

4.1 Entrevista na Secretaria de Turismo e Cultura de São Gonçalo

*Bruna Ranção Conti
Clara Urathesania Pimentel Frias Rabello
Rodrigo Pinho*

A partir do levantamento e análise documental das políticas públicas de cultura em São Gonçalo, partiu-se para a realização de uma entrevista presencial com a então Secretária Júlia Sobreira e sua assessora Alana Mendonça. A entrevista foi realizada no dia 15 de maio, com duração de duas horas. Foi gravada com a permissão de todos os presentes e transcrita para a realização desta análise de conteúdo.

A secretária iniciou sua fala apresentando as dificuldades que enfrenta no município: o desconhecimento das pessoas sobre toda a burocracia que envolve a gestão pública; o baixo orçamento do município e, particularmente, da Secretaria de Turismo e Cultura; e a desmobilização da classe artística.

Sobre a burocracia, a entrevistada salientou a dificuldade que é trabalhar com a “máquina pública”, com a necessidade de realização de licitação para a compra de qualquer item para a secretaria, mas destacou que ela é fundamental para garantir a impessoalidade e fazer com que os processos sejam mais democráticos, e que as pessoas têm dificuldade de entender isso e acabam vendo a burocracia sempre pelo viés negativo. Além disso, destacou a importância da reorganização pela qual a Secretaria passou desde o início da sua gestão, há um ano, incluindo a criação de diversas subsecretarias e a própria reorganização do espaço de trabalho. Ela afirma que o objetivo é criar maior institucionalidade para a Secretaria e melhores condições de trabalho para a equipe, atualmente formada por 60 pessoas (lotadas na secretaria e distribuídas entre os equipamentos culturais geridos pela prefeitura).

Com relação ao orçamento, as entrevistadas destacaram que dificilmente a prefeitura terá recursos para investir na cultura dentro do orçamento municipal, que elas avaliam como muito pequeno. E que o cenário é de investimentos por meio recursos indiretos. Elas citaram que o orçamento municipal gira em torno de 2 bilhões, sendo que o orçamento da Secretaria de

Turismo e Cultura corresponde a 5 milhões, que são gastos para a implementação de melhorias na infraestrutura da própria Secretaria e manutenção dos equipamentos culturais mantidos pela prefeitura: Centro de Tradições Nordestinas, Casa das Artes, Teatro Municipal, Lona Cultural do Jardim Catarina, Centro Cultural Joaquim Lavoura (Lavourão), sendo que alguns estavam fechados quando do início da atual gestão da secretaria.

Eu acho que de uma maneira bem resumida é o que a gente está fazendo aqui, a gente reabriu todos os nossos equipamentos que estavam fechados, a Casa das Artes estava fechada há dois anos; o Centro de Tradições Nordestinas também estava fechado e a gente vai reabrir sexta-feira; a gente reformou a orla do Carequinha que fica na praça Zé Garoto; a gente reformou e abriu o teatro. A Lona do Catarina estava fechada, a gente também reabriu, e agora a nossa meta é entrar dentro da Lona do Catarina, a gente vai colocar atividade cultural lá de segunda a sexta-feira. Acredito que a gente tá conseguindo andar, dentro das nossas limitações e dentro do nosso cenário (Secretária de Turismo e Cultura de SG, 2024).

Eu acho que neste ano, de forma resumida, é isso que a gente fez. Criou a capacidade operacional institucional da secretaria. A secretaria não tinha carro. São coisas que às vezes as pessoas não veem no dia a dia. A Secretaria de Cultura não tinha um bebedouro, as pessoas não tinham onde beber água. A Secretaria de Cultura não tinha impressora. Então trabalhar dentro de um município traz esse tipo de desafio. E eu acho que a gente está avançando (Secretária de Turismo e Cultura de SG, 2024).

Além disso, a secretária citou a utilização dos recursos próprios da Cultura para a manutenção do Programa Cria São Gonçalo, voltado para a formação de moradores do município em diversas áreas artísticas, como coral, dança, audiovisual, teatro, música, artesanato, animação, democratizando o acesso à cultura e fortalecendo a aptidão gonçalense para as artes. O Programa reúne dez cursos diferentes e atinge um público de todas as idades; em seu último ciclo contemplou 345 pessoas em três dos equipamentos de cultura geridos pela prefeitura.

Para além dos programas financiados com os recursos próprios da Secretaria, existem programas que são financiados e desenvolvidos pela Fundação de Artes de São Gonçalo (FASG), instituída em 2001 para incentivar,

difundir e promover a prática e o desenvolvimento de atividades culturais e artísticas no município. A FAESG administra e mantém o Patrimônio Cultural da cidade, assim como os seguintes aparelhos culturais, esportivos e de lazer: Casa das Artes Villa Real (Rua Moreira Cesar, S/N, Centro); Escola Municipal de Música Pixinguinha (Bairro do Paiva); Lona Cultural Lídia Maria da Silva (Rua Albino Imparato, S/Nº, Praça Jornalista Valfrido Rocha, Jardim Catarina); Teatro Carequinha (Rua Oliveira Botelho, S/Nº, Anexo ao Colégio Municipal Ernani Faria, Neves); Lona Cultural George Savalla Gomes – Palhaço Carequinha (Rua Moreira Cesar, S/Nº, Praça Estephânia de Carvalho); Espaço de Dança Portal 24 horas Isaac Newton (Estrada da Conceição, Nº 1.111, Porto do Rosa); Praça Vida Ativa (Rua Jaime Figueiredo, Nº 2.299, Camarão); Praça do Jardim Catarina (Av. Dr. Albino Imparato, S/N, Jardim Catarina); Praça do Califórnia (Rua Arlindo de Carvalho, S/N, Jardim Califórnia); Praça do Barro Vermelho (Travessa Dona Francisca, Nº 2-30, Barro Vermelho); Praça Chico Mendes (Rua Joaquim Laranjeiras, Nº 116, Raul Veiga); Praça João do Pulo (Rua Alfredo Bahiense, Nº 624, Boassu); Praça do Jardim Alcântara (Rua Francisco Campos, Nº 222, Jardim Alcântara).

Há ainda o programa Caravana de Arte e Lazer, criado em 2022, que percorre as principais áreas de vulnerabilidade social do município com a oferta de brincadeiras lúdicas, e atividades esportivas e artísticas.

No entanto, a Secretária de Turismo e Cultura afirmou que não há previsão de lançamento de novos programas voltados para a cultura, e que o foco atual está na operacionalização dos recursos advindos das Leis Aldyr Blanc e Paulo Gustavo. Um ponto importante é que essas transferências de recursos são realizadas fundo a fundo, o que garante a aplicação do recurso para um determinado fim. Além disso, outro ponto de destaque dado pela secretária é o fato do edital da Paulo Gustavo permitir a utilização de parte dos recursos para a operacionalização do próprio edital, e que São Gonçalo inovou ao criar um sistema para a institucionalização dos processos de operação dos editais. A empresa contratada para a operacionalização do edital e criação desse sistema foi a OSC Instituto Joãozinho Trinta.

Como a gente vai ter só recursos indiretos, a gente precisa de alguma forma aperfeiçoar a maneira como esses recursos vão chegar pra gente. Então a gente não vai trabalhar mais com o Google Forms, vamos inserir tudo dentro de um sistema. O Google Forms é insano para a gestão de dados. Vocês têm a noção de que a gente teve que trabalhar com 22 planilhas, com

todos os documentos de 1.325 pessoas? a gente enlouqueceu. Então a gente institucionalizou, e a partir do dinheiro da operacionalização da Paulo Gustavo, criou um sistema. Então os próximos editais estarão dentro de um sistema. Isso dá mais transparência e dá mais facilidade para que a gente possa manipular esses dados. A gente também desenhou um processo de autorreferenciamento, então todo mundo vai saber onde os projetos vão ser executados. [...] São Gonçalo é o único município do Brasil, de verdade, que usou o recurso dessa forma, pra gente dar institucionalização e pra gente fazer uma pesquisa de impacto. Então, no final, a gente tem uma pesquisa de impacto para entender de que maneira a cadeia da cultura movimenta a cidade (Secretária de Turismo e Cultura de SG, 2024).

As entrevistadas afirmaram que 1.325 projetos concorreram no edital da Lei Paulo Gustavo, em 2023, e que isso só foi possível porque a própria secretaria incentivou as pessoas a se inscrever, fornecendo capacitação e atendimento presencial para a solução de dúvidas. Isso porque o diagnóstico delas é de que a classe artística estava muito desmobilizada, incrédula na Secretaria de Cultura e pouco instrumentalizada, ou seja, não conhecia os recursos de editais e os meios oficiais para obter esses recursos. Para elas, a baixa qualidade dos projetos submetidos mostra a deficiência que o município tem de capacitação dos artistas.

Elas explicaram que os pagamentos referentes à Paulo Gustavo estão sendo realizados, mas que para cada pagamento é necessário abrir um processo administrativo que precisa passar por diversas instâncias da prefeitura, e que isso é demorado. Mas há o compromisso da secretaria em finalizar esses repasses até o final de junho de 2024. A secretária explicou ainda que além dos processos para pagamento, é necessário abrir um processo de prestação de contas para cada projeto, além de processos para arquivamento dos projetos que não foram contemplados, o que gera uma quantidade muito grande de trabalho e responsabilidade para a secretaria.

Com relação à Aldir Blanc, o segundo edital está previsto para ser lançado em junho de 2024, após a finalização dos pagamentos do edital da Lei Paulo Gustavo. Para este edital, além do financiamento de projetos, estão previstas premiações, e a ideia é que a contrapartida dos premiados seja a realização da sua apresentação cultural nos espaços de cultura geridos pela secretaria e nas escolas da rede pública municipal.

Por fim, com relação à organização da classe artística, as entrevistadas afirmaram que há pouca organização e citaram, por exemplo, a confusão em

torno do Fórum Gonçalense de Cultura e do Fórum Municipal de Cultura. A secretária afirmou que “ninguém sabe o que é uma coisa e o que é outra”, e que a secretaria tem interlocução apenas com o Fórum Gonçalense de Cultura. Ela informou ainda que após uma demanda da secretaria, o fórum enviou uma carta indicando quem são seus representantes, a fim de facilitar a organização e o acolhimento das demandas da sociedade civil.

Nesse ponto, houve também o relato de que há uma inoperância até mesmo do Conselho Municipal de Cultura, e que a secretaria acaba sendo quem propõe e executa as ações do conselho, o que na visão das entrevistadas é muito ruim:

...essa desarticulação e essa falta de institucionalização dos órgãos da sociedade civil que deveriam fiscalizar o nosso trabalho, para a gente também é muito ruim, porque acaba que a gente tem que assumir não só as competências da secretaria, como as competências que deveriam ser da sociedade civil (Secretária de Turismo e Cultura de SG, 2024).

Como exemplo, a secretária citou que muitas vezes a reunião mensal do Conselho não acontece por falta de quórum. Além disso, destacou o fato de que o Conselho deveria planejar a Conferência Municipal de Cultura mas, faltando dez dias, estavam demandando apoio da secretaria para o pagamento do almoço, que é algo que não é possível de ser feito em tão pouco tempo. Citou ainda que o aluguel do espaço onde ocorreu a conferência foi pago com recursos próprios, e que a secretaria pensou toda a programação da Conferência Municipal.

Sobre a qualidade da Conferência, elas avaliaram que não conseguiram discutir políticas públicas com profundidade e que os delegados eleitos para representar o município na Conferência Estadual de Cultura sequer foram à conferência.

Já na Conferência Estadual de Cultura, elas citaram que São Gonçalo não conseguiu eleger nenhum delegado para levar na Conferência Nacional de Cultura, porque “eles se dividiram em três grupos e, obviamente, dividiram os votos deles”.

Eu acho que a grande dificuldade é essa mesmo, porque a galera é muito talentosa, são artistas muito bons. Mas foi o que a Júlia falou, são artistas. Você tem que ter a ligação do artista, da cultura, com a burocracia da cultura. A burocracia é necessária,

então falta essa liga na galera daqui (Assessora da Secretária de Turismo e Cultura de SG, 2024).

Obviamente a gente está dividindo com vocês os nossos desafios, mas eu acho que há muita gente talentosa, há muitos avanços, há uma classe artística ávida em poder se apresentar, isso é muito bacana, a gente vê que as pessoas querem muito fazer, eles não sabem como. Então o principal desafio da gente é reter essas pessoas aqui, dar possibilidade de elas se apresentarem, é o que a gente vem tentando fazer (Secretária de Turismo e Cultura de SG, 2024).

Quando questionadas sobre a relação entre cultura e educação no município, a secretária afirmou não ter dúvidas de que “quem vai trazer público pra gente, é a educação”. E que embora não consiga criar um programa dentro da Secretaria de Educação, está buscando incentivar isso inserindo nos editais a necessidade de realização dos espetáculos nas escolas. Além disso, citou que algumas vezes cede o teatro municipal para os artistas sem nenhum aluguel, desde que eles ofereçam um espetáculo para a rede pública municipal. Outra ação voltada ao público escolar, é a realização de visitas mediadas às exposições da Casa das Artes.

A entrevistada citou ainda que deseja implementar no município um programa como o “Ações Locais”, realizado pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, e que o foco deverá ser a descentralização das ações culturais, pois algumas áreas dentro do município nunca foram contempladas nos editais; e a realização das ações no âmbito escolar. Como primeira etapa, a secretária citou que está sendo realizado um mapeamento dos artistas e fazedores de cultura, e uma busca ativa desses artistas que nunca se inscreveram nos editais já realizados.

Ao final da entrevista, a secretária e sua assessora se mostraram abertas ao diálogo, às críticas e sugestões, e disponibilizaram os equipamentos culturais do município para as ações do Laboratório.

4.2. Oficinas e atividades culturais na educação pública municipal

Rodrigo Pinho

Bianka Vitorino Carrilho

Jéssica Caroline Barreto Sodré

Alana dos Santos Mariano

Angela Donini

Luana Aquino

Bruna Ranção Conti

Clara Urathesania Pimentel Frias Rabello

A educação, embora seja um dos pilares mais estratégicos para o desenvolvimento cultural de um país, vem passando por um intenso e largo processo de desqualificação. Tal prática, por um lado está ligada à demanda impulsionada pelo ultraliberalismo que busca transformar os espaços de ensino em espaços de rentabilidade monetária, por outro, a onda conservadora que assola o planeta, tem afetado fortemente a educação brasileira, e disso decorre que o espaço escolar se tornou um espaço de disputa ideológica e debates morais, ações que afetam a qualificação curricular, impactam na perpetuação do racismo, fomentam violência baseada em religião e gênero, por exemplo. O impacto na atividade profissional de professores e na saúde mental de profissionais da educação e estudantes é enorme. Para reverter tal quadro, torna-se necessário engajar os diferentes atores sociais para construir um espaço de educação básica alinhado aos laços comunitários e de pertencimento. Isso requer trabalho permanente de co-criação e engajamento relacional.

Os desafios da educação básica envolvem múltiplas dimensões da realidade, desde debates ligados à sustentabilidade estrutural e política do ensino público, até as realidades complexas das comunidades nas quais os equipamentos educacionais estão inseridos e a diversidade e singularidade de professores, estudantes e demais atores da comunidade escolar. Portanto, buscar saídas para qualificar o campo formativo envolve a compreensão contextual e situacional dos maiores desafios que a educação básica enfrenta. Assim, o diagnóstico situacional parece ser uma etapa de grande relevância para o fomento de estratégias de qualificação. Relacionar políticas culturais com processos pedagógicos não é apenas uma junção de dois campos, requer um intenso trabalho de desenvolvimento de práticas inclusivas, que sejam suficientemente acessíveis e capazes de abordar conteúdos para diferentes realidades sociais.

A fim de contribuir para o entendimento de como a cultura é trabalhada no cotidiano das escolas públicas do município de São Gonçalo, foram escolhidas duas escolas para a realização de oficinas e atividades culturais com os alunos e conversa com seus respectivos diretores.

A primeira escola escolhida foi o CIEP 125 Professor Paulo Roberto Macedo do Amaral, localizado na Avenida Jornalista Roberto Marinho, no bairro Colubande. É uma escola em tempo integral que atende cerca de 450 alunos, atendendo os anos iniciais do Ensino Fundamental, Pré-escola e Creche. Destaca-se pela sua infraestrutura que prioriza a acessibilidade, com rampas e pisos táteis. Suas instalações incluem biblioteca, parque infantil, quadra de esportes coberta, pátio coberto e descoberto, auditório, sala/ateliê de artes, cozinha, refeitório e banheiros adequados à educação infantil.

Com relação às atividades culturais que compõem o currículo, o diretor da escola destacou que apesar de receber os alunos em tempo integral, não há nenhum tipo de atividade para além das aulas ministradas pelos professores da escola. Portanto, para ele, a escola funciona como uma “escola normal, mas em turno estendido”. Essa percepção foi reforçada pelo inspetor da escola, que afirmou que as crianças ficam muito presas nas salas de aula, e que as atividades culturais são muito boas para elas.

De acordo com a Subsecretária de Educação, que esteve presente na escola quando da realização das oficinas e atividades culturais, está em curso uma nova legislação que possibilita a contratação de professores/profissionais especializados para a realização de aulas e atividades culturais, sem necessariamente passar por um concurso público. Ela afirmou que atualmente está fazendo um curso de capacitação sobre o assunto na UNIRIO e que a partir de 2025 a Secretaria de Educação pretende começar a implementar essas contratações.

As oficinas e atividades culturais foram realizadas no dia 10 de maio de 2024, de 8h às 16h, envolvendo todos os alunos da escola. No período da manhã e início da tarde das turmas do infantil, primeiro e segundo segmentos participaram de oficinas de dança, cerâmica, fotografia, hip hop e horta comunitária, além de contação de história. No final da tarde as crianças no maternal assistiram a uma esquete teatral e uma apresentação de dança.

Todos da escola foram muito receptivos e se mostraram satisfeitos com a realização das atividades culturais. As crianças participaram ativamente de todas as propostas.

A seguir estão apresentados alguns registros fotográficos das oficinas e

atividades culturais realizadas:



Contação de histórias



Oficina de Fotografia



Oficina de Cerâmica



Oficina de grafite



Oficina de Horta Comunitária

A segunda escola escolhida, por indicação da Subsecretária de Educação, foi o CIEP 411 Doutor Armando Leão Ferreira, localizado no bairro Engenho Pequeno. É uma escola em tempo integral que atende cerca de 460 alunos, desde a Educação Infantil até o segundo segmento do Ensino Fundamental.

Com relação às atividades culturais que compõem o currículo, a diretora da escola destacou que apesar de receber os alunos em tempo integral, não há nenhum tipo de atividade permanente para além das aulas ministradas pelos professores da escola. Neste momento, a escola conta apenas com a parceria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que desenvolve um projeto de extensão com os alunos do segundo segmento voltado para a fotografia, mas informou que o projeto pode acabar a qualquer momento por falta de apoio financeiro. Ela relatou ainda que é muito cansativo para os professores e para os alunos ficarem em sala de aula o dia todo e que seria muito importante que ações culturais fossem ofertadas de forma permanente no currículo de todas as turmas.

As oficinas e atividades culturais foram realizadas no dia 01 de junho de 2024, de 8h às 15h, envolvendo todos os alunos da escola. No período da

manhã e início da tarde das turmas do infantil e primeiro segmento participaram de oficinas de contação de história, dança, cerâmica, fotografia, horta comunitária e hip hop. No início da tarde o segundo segmento participou da oficina de hip hop.

A seguir estão apresentadas alguns registros fotográficos das oficinas e atividades culturais realizadas:



Apresentação de dança



Apresentação de teatro



Oficina de hip hop

Inicialmente, havia o planejamento de aplicação de questionários junto aos professores e de realização de uma roda de conversa em cada escola, a fim de mapear como os professores trabalham temas relacionados à cultura no seu dia a dia, e as necessidades de formação desses professores, mas estas demandas voltadas à pesquisa não foram autorizadas pela Secretaria de Educação.

Além disso, a demora na aprovação da secretaria para que pudéssemos realizar as ações culturais nas escolas, inviabilizou que mais escolas fossem contempladas, levando em consideração o prazo de finalização do projeto.

4.3 Questionários respondidos pelos artistas e produtores culturais de São Gonçalo

*Bruna Ranção Conti
Bianka Vitorino Carrilho*

A fim de mapear os artistas locais e sua percepção sobre as políticas públicas de cultura no município, foi enviado um formulário google contendo

perguntas sobre a linguagem artística em que atua; sua função no âmbito cultural; se faz parte de algum coletivo/grupo artísticos ou se atua individualmente; se é ou foi beneficiário de alguma iniciativa de política pública de cultura do município; se atualmente participa de algum projeto cultural que atua nas escolas; sobre quais são as maiores dificuldades na realização de atividades culturais para crianças e adolescentes; sobre como está a política cultural em São Gonçalo; quais são as principais dificuldades enfrentadas pelo setor da cultura no município; e sobre quais são as necessidades de formação para os profissionais da cultura.

O formulário foi respondido por 20 pessoas que atuam diretamente com a cultura, sendo que 15 são artistas que atuam em algum coletivo ou grupo artístico. Vale destacar que apenas um representante de cada coletivo ou grupo respondeu ao formulário. Com relação à autodeclaração racial, 14 respondentes se declararam pardo ou preto.

Sobre a linguagem artística em que atuam, os resultados foram: Música (5), Teatro (5), Literatura (4), Dança (2), Artes Plásticas (1), Circo (1), Cultura Urbana (2). Oito desses grupos/coletivos de artistas já foram contemplados em editais de fomento à cultura, com destaque para a Lei Paulo Gustavo.

Sobre suas inserções nas escolas da rede pública municipal, cinco afirmaram desenvolver atividades no âmbito educacional, de forma voluntária. Essas iniciativas contemplam teatro, cinema, literatura e cultura hip hop. Para eles, a maior dificuldade para a realização de atividades culturais para crianças e adolescentes é a falta de apoio e incentivo dos órgãos públicos, o que é reforçado nas avaliações de que faltam políticas públicas de incentivo à realização de atividades artístico-culturais nas escolas. Alguns destacaram ainda a necessidade de maior divulgação para o público jovem das atividades e apresentações que já são realizadas no município. Outros ressaltaram que as ações devem de fato contemplar o interesse das crianças e adolescentes, além de garantir sua permanência de forma prolongada e com assiduidade.

Para além das políticas necessárias à ampliação/sustentação da oferta de atividades culturais nas escolas ou em outros ambientes, voltadas para o público infanto-juvenil, foi apontada na pesquisa a necessidade de conscientização dos pais/responsáveis sobre o “poder que a arte tem de contribuir positivamente para a construção da subjetividade da criança ou adolescente. Para esta faixa etária, é primordial o apoio e o incentivo de seus responsáveis, pois deles depende toda a logística prática de acesso a algumas atividades”.

Quando questionados sobre os temas que consideraram importantes

para a formação dos profissionais da cultura para o desenvolvimento de ações culturais com crianças e adolescentes nas escolas, surgiram os seguintes temas: cultura afro-brasileira e indígena; inclusão e diversidade cultural; dinâmicas de grupo e trabalhos coletivos; a escola como espaço produtor de cultura; cultura, arte e BNCC; letramento racial; didática inclusiva para neurodivergentes; estratégias de aproximação entre artistas e comunidade escolar; cultura hip hop.

Sobre a avaliação dos artistas sobre como está a política cultural em São Gonçalo, muitos entendem que há pouco investimento do poder público municipal, pouca abertura para conversas e pouca transparência das ações realizadas pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura. As passagens a seguir evidenciam esta avaliação:

"Ainda temos dificuldade em conversar com os atuais representantes da política cultural." (artista 1)

"Falta transparência e investimento em cultura." (artista 2)

"Vivemos um tempo nebuloso nos investimentos e nos diálogos com o poder público." (artista 3)

"Com poucas oportunidades, pouca união, pouco incentivo." (artista 4)

A questão da falta de união entre a classe artística apareceu em mais de uma avaliação, o que parece potencializar a dificuldade dos artistas e fazedores de cultura de dialogar com a Secretaria de Turismo e Cultura e apresentar de maneira formal e organizada seus pleitos.

No entanto, vários artistas destacaram o ganho que o setor cultural vem vivenciando em decorrência da operacionalização das Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, como demonstrado a seguir:

"Está acontecendo algo que na cidade, desde que eu faço cultura, nunca havia acontecido, os editais." (artista 5)

"Apesar dos pesares é inegável uma expressiva movimentação da cultura em São Gonçalo. Acho que a descentralização, por exemplo, é uma promessa que vem sendo cumprida aos pouquinhos, vejo uma maior oferta de programações culturais gratuitas para a população também, isso faz toda a diferença." (artista 6).

Apesar de alguns reclamarem sobre o não cumprimento dos prazos previstos nos editais e da falta de transparência nos processos administrativos e seletivos, cada vez mais artistas vêm sendo contemplados e apoiados com recursos dessas leis, o que poderá resultar em maior formalização, articulação e preparação desses profissionais para concorrer em outros editais públicos e privados de fomento à cultura, sejam eles municipais, estaduais ou nacionais.

Outro ponto destacado por alguns artistas é o fato de a cidade estar “carente de eventos com grande estrutura/produção e abertos ao público” (artista 7). E que os “artistas da casa” possam ser contratados para esses eventos:

O que acontece muito ainda é um sucateamento do artista gonçalense. Não somos pagos, não somos contratados, somos “agradados” com permutas. Contratação é quase que exclusiva para artistas de fora se apresentarem no Teatro, por exemplo. Estes parecem ser mais valorizados (artista 8).

A questão da valorização do artista gonçalense apareceu também em outras falas. Um dos artistas ressaltou que parece haver “pouco interesse por parte do setor da cultura em conhecer os projetos que já existem, estão em andamento, e precisam de apoio” (artista 9).

Por fim, foi destacada a necessidade de “pluralização dos gêneros de shows e eventos, bem como a necessidade de se respeitar calendários e manifestações religiosas” (artista 10). Ou seja, “a valorização das manifestações artísticas em suas diversas linguagens” (artista 11).

4.4 O Fórum de estudo e debate para organização e promoção de políticas públicas de cultura em São Gonçalo

*Rodrigo Pinho
Bianka Vitorino Carrilho
Jéssica Caroline Barreto Sodré
Alana dos Santos Mariano
Bruna Ranção Conti
Angela Donini
Luana Aquino
Clara Urathesania Pimentel Frias Rabello*

4.4.1 Primeiro Encontro do Fórum - 04 de Maio de 2024

Durante o primeiro encontro do Fórum, promovido pelo Laboratório de Políticas Culturais de São Gonçalo em 04 de maio de 2024, algumas atividades contribuíram para a organização de subsídios ligados ao contexto no qual artistas, grupos e coletivos atuam. O Fórum contou com a participação de artistas que trabalham com diferentes linguagens artísticas e que possuem trajetórias também bastante diversas no que diz respeito ao engajamento com políticas culturais. Contou também com a presença de uma representante da Secretaria Municipal de Educação e com a secretária da Secretaria Municipal de Cultura.

A seguir está apresentada a programação do 1º Encontro do Fórum:

PROGRAMAÇÃO

9:30 – Recepção e Roda de Capoeira Escola Carta de Alforria

10:00 – Café da manhã com apresentação do cantor Rafael Rio Branco

10:30 – Apresentação do Laboratório de Políticas Culturais e fala dos representantes do Poder Público e da Sociedade Civil

11:00 - Roda de Conversa: as Políticas Públicas de Cultura em São Gonçalo

12:30 – Apresentação de esquete teatral “Luz da Encruzilhada” do Grupo de Teatro Gabriel Engel

12: 50 – Almoço com apresentação do Grupo Negratividade

14:00 – Apresentação de Cordel com Zé Salvador

14:30 – Mesa Redonda: A Cultura nas Escolas

16:30 – Coffee Break e Roda de Jongo Caxambu Netos de Sebastiana III

18:00 - Encerramento

A seguir apresenta-se uma breve síntese das necessidades e dos contextos relatados nos momentos de diálogo que integraram o 1º Fórum do Laboratório:

a) Instâncias da sociedade civil no contexto das Políticas de Cultura e editais de fomento

- Pelas informações compartilhadas há dois fóruns da sociedade civil: o “Fórum Gonçalense de Cultura” e o “Fórum Municipal de Cultura”, sendo que não há clareza entre os próprios representantes da sociedade sobre o motivo de existirem dois Fóruns e a composição e funcionamento de ambos. O Fórum Gonçalense de Cultura parece ser o mais atuante e legítimo, perante a sociedade, apesar de poucos participantes terem mencionado participar do Fórum. Parece haver um desconhecimento do Fórum por parte dos artistas.

- Existe o Conselho Municipal de Cultura, que passará por processo de eleição no final de maio de 2024. Os participantes reconhecem que a participação dos artistas dentro do Conselho é fundamental e que essa instância é a base para que as políticas de cultura aconteçam verdadeiramente no município. As atas das reuniões do Conselho estão disponibilizadas no site da Secretaria de Turismo e Cultura do município, que ocupa a cadeira de presidência do Conselho.

- O fomento por meio dos editais no município é uma nova experiência. Foi realizado, em 2023, um edital por meio da lei Aldir Blanc. Em 2024 está sendo realizado o edital da Lei Paulo Gustavo e há previsão de lançamento do segundo edital da lei Aldir Blanc.

- No contexto do edital decorrente da Lei Paulo Gustavo foram priorizadas as áreas da produção cinematográfica e artes visuais. É necessário trabalhar para que exista a democratização para outros setores. É necessário dar maior transparência aos processos de avaliação dos projetos submetidos e pontuação/classificação dos mesmos. É necessário dar maior transparência ao processo de transferência dos recursos aos grupos e artistas contemplados.

- É necessário qualificar as ações afirmativas no âmbito das Políticas de Cultura, considerando a diversidade territorial, as pessoas com deficiência, a popu

lação LGBTQIAPN+, e os grupos étnico-raciais.

- É preciso considerar como as religiões têm influenciado o cenário cultural em São Gonçalo.

b) Integração entre Cultura e Educação e questões do campo da educação

- As atividades culturais nas escolas ocorrem quando os grupos/artistas procuram as escolas para serem locais de atuação de seus projetos sociais, a partir de trabalho voluntário. Na Secretaria de Educação existe uma pessoa que é responsável pelos projetos culturais, é para onde os grupos podem enviar propostas. Mas não há verba para a realização das atividades culturais nas escolas.

- Os participantes apontaram a necessidade de desenvolvimento de iniciativas no campo da cultura que se efetivem por meio da Secretaria de Educação. Necessidade de oportunidades para que as escolas sejam espaços de cultura, principalmente considerando as crianças que não têm possibilidade de realizar cursos privados. As escolas precisam ser vistas pelo poder público como centros de cultura.

- A atuação da Secretaria de Educação no contexto das iniciativas artístico-culturais se dá apenas por meio dos projetos pedagógicos. Há uma agenda pedagógica vinculada a datas importantes do município. É preciso ter aulas de música, de teatro, de outras expressões artísticas nas escolas.

- As expressões culturais em sala de aula são diferentes das outras áreas da educação. A arte e a cultura abrem espaço para a liberdade de se expressar, é um espaço que permite o autoconhecimento. É possível começar a entender o lugar do outro na sua relação de vivência, é um espaço acolhedor. É um lugar de construção em coletivo. A questão da cultura tem muito a contribuir com a construção coletiva, do eu junto com o outro.

- Não podemos reduzir o ensino a um lugar utilitarista, e hoje a escola é completamente avessa a tudo que é cultural e artístico no sentido das singularidades das pessoas que estão ali. A arte e a cultura têm potencial revolucionário que a escola nega.

- Há necessidade de se criar um projeto de letramento racial dentro das escolas, com apoio das universidades.
- Há necessidade de formação sobre a história de São Gonçalo: há um trabalho integrado com a UERJ, em processo de implementação, para que cada escola receba o mapeamento sobre a cultura em São Gonçalo (atlas).
- O mapeamento cultural em São Gonçalo deveria começar pelas escolas e pelas igrejas evangélicas.
- Dificuldade para conseguir implementar nas escolas ações relacionadas às leis de cultura afro e indígena (Leis 10.639 e 11.645). São Gonçalo é território indígena e quilombola.
- Importância de se trabalhar curadoria cuidadosa para que estudantes se interessem pelas obras que circulam nas escolas.
- A Secretaria de Educação tem 117 unidades, sendo que 112 são escolas. Há o desafio de que é um território muito grande e as escolas são distantes.

c) Necessidades de formação

- Foi unânime a recomendação de que exista formação artística em São Gonçalo, de modo que as pessoas que tenham interesse em seguir profissionalmente nas carreiras do campo das artes possam realizar suas formações no próprio município, que é um dos mais populosos do Brasil, entretanto sofre com a limitação de acesso a estudos em artes. Criação de uma escola técnica de artes em São Gonçalo.
- Os participantes apontaram que há necessidades de formação em temas nos campos étnico-raciais; gênero; história de São Gonçalo no aspecto de sua territorialidade indígena e quilombola.
- Necessidade de formação para captação de recursos, abertura de MEI, preparação de projetos para editais. Os editais têm sido o principal mecanismo de apoio financeiro, é preciso criar um setor que possa dar suporte aos artistas.

- Necessidade de letramento em produção cultural.
- Necessidade de letramento sobre legislações acerca da cultura.
- Criação de núcleos de produção fomentados pelas Secretarias de Cultura e Educação, com apoio das universidades.

d) O fortalecimento da classe artística gonçalense

- Os participantes avaliam que precisam ter mais apoio para que possam apresentar seus espetáculos no município.
- É necessário investir na divulgação positiva de São Gonçalo nas mídias.
- É necessário reabrir a biblioteca pública da cidade.
- Criar escola técnica de artes em São Gonçalo. A existência da escola técnica facilitaria muito para que as pessoas não precisassem sair de São Gonçalo.
- O edital da Paulo Gustavo teve ações afirmativas, mas ainda assim não tem sido suficiente para ampliar o acesso de determinados grupos de artistas.
- É preciso abrir os espaços públicos para esses artistas locais.
- A arte indígena está crescendo bastante, mas ainda assim é muito escassa.
- É necessário construir público para os trabalhos artísticos que são apresentados e propostos por artistas de São Gonçalo.
- Reconhecer a qualidade e a potência dos trabalhos artísticos dos artistas gonçalenses.
- É necessário divulgar mais para a população em geral as atividades e grupos culturais do município.

e) São Gonçalo – trajetória e história do município nas expressões artísticas e culturais

- É preciso trabalhar com a identidade de São Gonçalo, na medida em que as pessoas se reconhecem, elas começam a se engajar e se interessar.
- Apesar de ser território indígena e de descendentes africanos, São Gonçalo tem uma cultura predominantemente presbiteriana e racista. É necessário pensar a cultura e a educação a partir de uma perspectiva anti-colonial.
- Os participantes avaliam que, nas escolas, não se tem acesso à história de São Gonçalo, à cultura local, às histórias indígenas.

A seguir está apresentado um quadro que compila as ações em curso identificadas durante as rodas de conversa realizadas no evento, além dos problemas e sugestões dos participantes:

AÇÕES EM CURSO	PROBLEMAS	SUGESTÕES
Recepção de projetos pela Secretaria de educação para serem realizados nas escolas (com e sem apoio)	Falta de eventos abertos ao público e que contemplem os diversos artistas locais	Formalização de parcerias para a realização de projetos de cultura nas escolas, com apoio da Secretaria de Educação, incluindo culturas afro e indígena
Projeto de Lei Dia do Cordel	Necessidade de sair do município para formação e inserção profissional na área da cultura	Capacitação dos artistas, em parceria com as universidades
Concurso de Cordel	Pouco incentivo de artes nas escolas (música, teatro...)	Pessoas na Secretaria de Cultura que possam apoiar os artistas na elaboração dos projetos
Festival Literário	Necessidade de formação dos artistas para participar nos editais (letramento digital)	Formalização de parcerias entre Secretarias de Cultura e Educação
Termos de Cooperação Técnica	Necessidade de institucionalização e organização do Conselho e do Fórum (organização do movimento)	Criação de escola técnica de artes
Editais	Falta de recurso financeiro no município	Letramento sobre legislação
Cria São Gonçalo		Letramento racial dentro das escolas, com apoio das universidades

Minorias privilegiadas no edital Paulo Gustavo (20% da pontuação)		Letramento sobre produção cultural
Lei que garante a apresentação de artistas locais antes da apresentação de artistas conhecidos		Criação de público
CIEP aberto		Maior divulgação/ informação/ marketing das ações de cultura
Casa de artes Gabriel Angel		
Coletivo AZIZA		
Quilombo urbano Afrofunk		
Ponto conversa		
Cidade Ilustrada		
Companhia Albatroz		

Fonte: Elaboração própria

4.4.2 Segundo Encontro do Fórum - Oficinas de Capacitação dos artistas locais

A partir do diagnóstico realizado no primeiro Encontro do Fórum e das demandas dos participantes, decidiu-se realizar três oficinas de formação para os artistas e produtores da cultura de São Gonçalo, como parte do segundo Encontro do Fórum. Essas oficinas foram realizadas nos dias 17, 18 e 20 de junho, de 19h às 21h.

A seguir está apresentada a programação do 2º Encontro do Fórum, realizado no Bistrô Cultural D'Avó, no Rodoshopping, no centro de São Gonçalo:

PROGRAMAÇÃO

17/06 - Oficina sobre Acessibilidade e Inclusão na Cultura

18/06 - Oficina sobre Como Tirar o MEI para Produção Cultural

20/06 - Oficina sobre Escrita para Editais

4.4.3 Terceiro Encontro do Fórum

O terceiro encontro do Fórum foi realizado no dia 13 de julho, no Centro de Tradições Nordestinas de São Gonçalo, de 16 às 22 horas. Esse encontro teve como objetivo apresentar os resultados da pesquisa para os participantes e funcionar como um evento propulsor da cultura no município, já que contou com a apresentação de diversos artistas locais. Vale destacar que para a realização do evento, a Secretaria de Turismo e Cultural do município cedeu o espaço do Centro de Tradições Nordestinas, atualmente administrado por esta secretaria.

A seguir está apresentada a programação do 3º Encontro do Fórum:

PROGRAMAÇÃO

- Abertura - Rodrigo Pinho / PROMACOM
- DJ's Kora e Arcanjo
- Voz e Violão com Lidi Florim
- Circo e Cia Palhaça Ratinha
- Apresentação dos resultados do projeto - Profa. Dra. Bruna Conti e Profa. Dra. Luana Aquino / UNIRIO
- Dança Núcleo sobre Rodas
- Roda de samba: Jorginho Cardozo convida Nilze Benedicto
- Quadrilha Balão Dourado do Tigre
- Forró com William Gomes e Tradicional ErvaDoce
- Exposição fotográfica

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto interinstitucional Laboratório Fluminense de Políticas Culturais em São Gonçalo teve por objetivo construir uma referência técnica para a produção de dados e análise das políticas públicas de cultura. Os objetivos específicos compreenderam a análise das políticas de cultura no município de São Gonçalo, a partir do mapeamento das principais ações, projetos e programas dos últimos cinco anos; a identificação dos coletivos de cultura, artistas e produtores culturais do município; a verificação de como a cultura se insere no campo da educação básica em São Gonçalo e as demandas de formação dos professores; e a realização de ações e eventos voltados ao fomento e valorização da cultura gonçalense.

O Laboratório Fluminense de Políticas Culturais em São Gonçalo se concretizou a partir de ações de pesquisa e extensão, descritas detalhadamente neste livro e no site do projeto (<https://politicasculturais.com.br/>). Para a consecução de alguns dos objetivos foram também realizados encontros com os artistas e fazedores de cultura do município, denominados Fóruns de estudo e debate para organização e promoção de políticas públicas de cultura em São Gonçalo. Nesses espaços foi possível realizar rodas de conversa para levantamento de informações sobre as políticas de cultura, entrevistar alguns representantes da sociedade civil e do poder público, oferecer oficinas de formação para os artistas, e fomentar a cultura a partir da contratação de artistas locais que se apresentaram nos eventos realizados.

Para alcançar o objetivo referente à cultura nas escolas, foram realizadas ações em duas escolas públicas municipais de tempo integral, com a oferta de diversas atividades artístico-culturais para os alunos, além de conversas com os diretores e professores das escolas.

Vale destacar que este projeto teve a duração de seis meses (janeiro a julho de 2024), sendo esta uma das limitações identificadas pela equipe, uma vez que projetos que demandam parcerias com o poder público municipal e com a sociedade civil requerem um tempo inicial de reconhecimento do campo, dos atores envolvidos com a cultura, dos espaços públicos e privados existentes para a realização de eventos culturais, e de formalização do projeto junto às secretarias municipais envolvidas com a temática, neste caso a Secretaria de Turismo e Cultura e a Secretaria de Educação. Portanto, a quantidade de eventos culturais e ações nas escolas ficou limitada aos últimos três meses do

projeto, apesar da equipe entender que, principalmente as ações nas escolas, demandam um calendário permanente e que contemple um número maior de escolas públicas. Outro ponto que dificultou um pouco a realização do projeto foi sua realização em ano eleitoral.

Apesar disso, cabe ressaltar que a equipe foi muito bem recepcionada nas escolas e pelos alunos, o que deixou evidente a carência de ações extra-curriculares nas escolas de tempo integral. Da mesma forma, os artistas contratados para participar dos eventos culturais e aqueles que participaram de forma voluntária das rodas de conversa, entrevistas e oficinas de capacitação manifestaram satisfação em vivenciar eventos voltados para os artistas locais e que valorizam os artistas gonçalenses, uma vez que uma das principais questões levantadas por eles foi a dificuldade de formação no próprio município e, posteriormente, a dificuldade de desenvolverem seus trabalhos artísticos em São Gonçalo, sendo necessário se deslocarem constantemente para outros municípios.

Para finalizar este livro, agradecemos à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e à Organização Não Governamental PROMACOM, que possibilitaram a existência deste projeto. E à Secretaria de Turismo e Cultura de São Gonçalo e à Secretaria de Educação pelo apoio conferido.

APÊNDICE I - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA DE TURISMO E CULTURA DE SÃO GONÇALO

1 - Como a Secretaria está estruturada atualmente? Número de profissionais e áreas de trabalho.

2 - Qual foi o orçamento da Secretaria em 2023? Em que ele foi investido?

3 - Qual é o orçamento da Secretaria em 2024? Em que ele está sendo investido?

4 - Que iniciativas de políticas públicas de cultura estão em curso atualmente no município? (aprofundar se são editais; se há parcerias com outras secretarias; se há participação de organizações da sociedade civil)

5 - Como foram os processos de implementação das Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo? Se puder nos contar o passo a passo da implementação, incluindo a chamada dos editais, o valor destinado em cada edital, o número de inscritos e de contemplados. O repasse já foi feito aos grupos?

6 - É possível ter acesso às listas dos contemplados?

7 - Como está o processo para o edital da Aldir Blanc 2?

8 - Que tipos de iniciativas culturais têm sido prioritariamente apoiadas? Em que expressões? (dança, cinema, artes visuais, circo, etc)

9 - Os grupos que são beneficiados pelas leis de incentivo, em geral apresentam projetos que contemplam as escolas? Contemplam o público infanto-juvenil em outros espaços?

10 - A Secretaria de Cultura tem um setor responsável pelas relações com a educação? Há algum projeto específico de atuação nas escolas?

11 - Pelo que escutamos no sábado, há dois fóruns: o “Fórum Gonçalense de Cultura” e o “Fórum Municipal de Cultura”. Você pode nos dizer como a Secretaria se relaciona com estes fóruns?

12 - Como a Secretaria se relaciona com o Conselho Municipal de Cultura?
Há reuniões periódicas?

13 - A Secretaria de Cultura tem um setor voltado para a formação de artistas?
Há recursos para isso?

14 - Durante o encontro do laboratório as pessoas mencionaram a importância de se ter uma escola técnica de artes em São Gonçalo. A Secretaria tem algum projeto que se aproxima dessa ideia?

15 - A história de São Gonçalo tem sido priorizada como patrimônio cultural?
Isso se reflete na prática?

16 - As pessoas mencionaram a importância de se trabalhar a cultura a partir da história afro e indígena de São Gonçalo, há projetos na Secretaria com essa abordagem?

17 - Que ações você sugere para o nosso projeto, no sentido de qualificar a prática dos atores da cultura?

18 - Gostaria de dizer mais alguma coisa?

APÊNDICE II - REGISTROS FOTOGRÁFICOS DOS ENCONTROS DO FÓRUM DE ESTUDO E DEBATE PARA ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA EM SÃO GONÇALO

Primeiro encontro do Fórum - 04 de maio de 2024



Abertura: Alana - pesquisadora do Projeto/PROMACOM



Entrevista com representante da Secretaria de Educação



Entrevista com representante da Sociedade Civil



Entrevista com representante da Sociedade Civil



Secretária de Turismo e Cultura - Júlia Sobreira



Roda de Capoeira Escola Carta de Alforria



Bistrô Cultural D'Avó



Roda de Conversa: as Políticas Públicas de Cultura em São Gonçalo



Apresentação de esquete teatral “Luz da Encruzilhada”



Apresentação do Grupo Negratividade



Mesa Redonda: A Cultura nas Escolas



Roda de Jongo Caxambu Netos de Sebastiana III



Encerramento

Segundo encontro do Fórum - 17, 18 e 20 de junho de 2024

- Oficina de Capacitação - 17/06/2024



Palestrantes Sheila Martins e Suanne Gonçalves



Coffee-Break



Participantes

• Oficina de Capacitação - 18/06/2024



Palestrante Érica Assis



Coffee-Break



Encerramento

• Oficina de Capacitação - 20/06/2024



Palestrante Barbara Rodriguez



Palestrante Poliva

Terceiro encontro do Fórum - 13 de julho de 2024



Circo e Cia. Palhaça Ratinha



Circo e Cia. Palhaça Ratinha



Circo e Cia. Palhaça Ratinha



Dança Núcleo sobre Rodas



Quadrilha Balão Dourado do Tigre



Roda de Samba: Jorginho Cardozo convida Nilze Benedicto



Exposição fotográfica



Este livro é resultado do Projeto “Laboratório Fluminense de Políticas Culturais em São Gonçalo”. Trata-se de um Projeto de Extensão Interinstitucional da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em parceria com a OSC PROMACOM (Convênio SICONV 941753/2023). O projeto teve por objetivo geral analisar as políticas públicas de cultura, com foco no município de São Gonçalo, e suas relações com o âmbito educacional, sendo os objetivos específicos: a) Compartilhar estudos, dados e experiências de interesse ao campo cultural; b) Identificar os coletivos de cultura, artistas e produtores culturais do município de São Gonçalo; c) Traçar um panorama recente das políticas de cultura no município; d) Levantar coletivamente demandas de políticas públicas de cultura; e) Verificar como a cultura se insere no campo da educação básica em São Gonçalo e as demandas de formação e qualificação profissional para técnicos, professores e gestores da educação na área da cultura.

A equipe é formada por professores da UNIRIO, coordenados pela Profa. Dra. Bruna Conti, e por pesquisadores da PROMACOM que atuam no território, sob a coordenação de Rodrigo Pinho Lopes Teixeira. Foram realizados eventos que buscaram reunir o setor público e os agentes que atuam com a Cultura no município, além de ações em escolas públicas municipais.

